



Fundação Carlos Chagas

TEXTOS FCC

13/97

CRIANÇA PEQUENA E RAÇA NA PNAD 87

Fúlvia Rosemberg
Regina Pahim Pinto

Departamento de Pesquisas Educacionais

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

13/97

CRIANÇA PEQUENA E RAÇA NA PNAD 87

Fúlvia Rosemberg
Regina Pahim Pinto

São Paulo, 1997
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

DIRETORIA

Rubens Murillo Marques
Diretor-Presidente

Gerhard Malnic
Diretor Vice-Presidente

Nelson Fontana Margarido
Diretor Secretário Geral

Catharina Maria Wilma Brandi
Diretora Secretária

Magid Iunes
Diretor Tesoureiro Geral

Eugênio Aquarone
Diretor Tesoureiro

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Coordenação
Bernardete Angelina Gatti

CRIANÇA PEQUENA E RAÇA NA PNAD 87

FÚLVIA ROSEMBERG*

REGINA PAHIM PINTO**

*** Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e Professora Titular de Psicologia Social da PUC - SP.**

**** Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas**

Este trabalho foi realizado com apoio da FAPESP e da Fundação Ford, este, no contexto do V Concurso de Dotações para Pesquisa sobre o Negro no Brasil, organizado pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos-CEAA.

A elaboração das tabelas contou com o apoio de Miriam Bizzocchi, estatística da Fundação Carlos Chagas.

1997

Ficha Catalográfica elaborada pela

Biblioteca Ana Maria Poppovic

R721c ROSEMBERG, Fulvia.
Criança pequena e raça na PNAD 87 / Fúlvia Rosemberg, Regina Pahim Pinto. São Paulo :
FCC/DPE, 1997.
92p. tab. - Textos FCC; 13)
1. Crianças 2. Raça 3. Dados Estatísticos I. PINTO, Regina Pahim II. Título III.
Série

CDU: 3-053.2 : 323.118

ÍNDICE

Apresentação	01
Introdução: A classificação de cor no Brasil	02
1. POPULAÇÃO	07
1.1. Composição e distribuição da população geral	08
1.2. A composição racial da população infantil de 0 a 6 anos	10
2. FAMÍLIA	16
2.1. Família e domicílio nas PNADS	17
2.2. Resultados	18
3. RENDIMENTO	25
3.1. Resultados	27
4. EDUCAÇÃO	35
4.1. Estatísticas sobre educação infantil	37
4.2. Estudos sobre educação infantil e raça	41
4.3. Resultados	45
5. SANEAMENTO BÁSICO	55
5.1. Políticas de saneamento básico	55
5.2. Conceitos e variáveis	58
5.3. Resultados	60
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
6.1. Segregação espacial e raça	77
BIBLIOGRAFIA	83

APRESENTAÇÃO

Este trabalho analisa, com base nas Tabulações especiais da PNAD 87, as condições de vida de crianças de 0 a 6 anos à luz do seu pertencimento racial, focalizando cinco temas: população, família, renda, educação e saneamento básico.

Antes, porém, de entrarmos na descrição e análise destes tópicos, discutimos brevemente na Introdução, o complexo processo brasileiro de classificação de raça/cor, tema que vem preocupando, cada vez mais, pesquisadores(as) brasileiros (as)¹.

No contexto deste e de outros trabalhos que temos realizado, empregamos a palavra negro (N) para designar um segmento racial composto pelo conjunto de pessoas classificadas pelo IBGE nas categorias de cor preta (PR) e parda (PA).

As tabelas, numeradas em seqüência por tópico (Tabela 1- POP; Tabela 1- FAM; Tabela 1- R; Tabela 1- ED; Tabela 1- SAN), desagregaram, sempre que possível, as informações também por cor. Deste modo, as comparações foram efetuadas entre brancos (B) e negros (N) e entre pretos (PR) e pardos (PA), procurando captar convergências e divergências nos perfis dos subsegmentos de cor.

Sempre que pertinente, os dados foram desagregados pelas regiões fisiográficas e níveis de rendimento procurando controlar o impacto da concentração diferencial das raças em regiões mais, ou menos desenvolvidas, e nos estratos de maior ou menor nível de rendimento.

Muitas vezes os dados apresentados e discutidos extrapolaram a faixa etária dos 0 a 6 anos, pois, sempre que possível, tentamos confrontar a posição particular do sub-grupo etário ao conjunto da população.

Questões conceituais específicas foram tratadas no interior de cada um dos temas.

¹ A partir desse momento usaremos, neste texto, apenas o genericamente masculino.

O foco analítico seguiu sempre duas direções: tentar captar o diferencial racial no acesso a bens sociais (daí o controle do nível de rendimento e da distribuição regional ser essencial); apontar as implicações da extensão do contingente de crianças negras vivendo determinadas condições de vida social.

Finalmente, optamos por elaborar uma bibliografia geral (e não específica a cada capítulo) dada a repetição de um número significativo de títulos.

INTRODUÇÃO: A CLASSIFICAÇÃO DE COR NO BRASIL

Atualmente, o IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), através dos censos demográficos e de outras pesquisas que realiza (PNADs, PNSN, PPV)¹, coleta informações sobre a cor da população, através do processo de autoclassificação do informante em uma das quatro alternativas (branco, preto, pardo e amarelo). É um procedimento que utiliza, portanto, o fenótipo das pessoas como critério de classificação ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos onde se usa a regra da ascendência.

Entretanto, nem sempre foi assim. Tanto as categorias utilizadas na classificação da população, como o seu significado, e mesmo a maneira de coletar o dado têm variado no decorrer do tempo.

Se essa característica dos nossos recenseamentos tem a ver com a dificuldade de se estabelecerem critérios de classificação num país que sofreu, e vem sofrendo, intensa miscigenação e conta, portanto, com grupos intermediários, dos quais os indivíduos podem entrar e sair com certa facilidade, não se pode deixar de considerar, também, a influência de fatores históricos, políticos e ideológicos nesse processo. No Brasil, essa influência ainda não foi estudada em profundidade, mas as poucas críticas e observações a respeito dos procedimentos adotados pelos organismos que coletam e

¹ PNADs - Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios.
PNSN - Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição.
PPV - Pesquisa sobre Padrões de Vida.

processam os dados censitários mostram como ela é realmente importante, a ponto de parcelas da população não terem sido contabilizadas em algumas coletas quando o interesse do Estado estava voltado para os setores aos quais elas não pertenciam.

Mas se os organismos de coleta têm enfrentado dificuldades para estabelecer categorias que dêem conta da realidade da população brasileira e para decidir se a melhor maneira de coletar o dado é através do processo de autoclassificação ou de heteroclassificação, há também complicadores que atuam no momento da coleta. Sem contar o fato de que, muitas vezes, o entrevistador nem sempre segue a risca as determinações do instituto responsável pela elaboração da pesquisa (seja porque tinha certeza quanto à cor do entrevistado, seja devido ao cansaço e automação que vão se instalando à medida que avança o processo de coleta) há que se considerar as dificuldades de se obter o dado propriamente, tanto através da hetero como da autoclassificação. Como lembra Oliveira (1994), é problemático abordar esse assunto numa entrevista, dada a delicadeza do tema em nosso país, onde questões relativas ao relacionamento racial não são tratadas abertamente.

De fato, a ideologia das relações raciais que vigora na nossa sociedade constitui um dos determinantes da complexidade do processo de classificação racial na medida em que pode interferir na dinâmica do relacionamento que se instaura no momento da coleta, podendo resultar em várias possibilidades de registro, tanto da parte do recenseador como do informante (Araujo, 1988 apud Berquó, 1988).

Essa dificuldade também é confirmada por pesquisadores que, em função dos seus estudos, se defrontaram com a tarefa de coletar a cor dos sujeitos pesquisados, pois, dependendo da maneira como a questão é formulada, as pessoas podem apresentar reações inusitadas.

Muitos aspectos da problemática envolvendo a classificação da cor podem ser entendidos quando se analisa a maneira como o nosso país vem se posicionando perante a composição racial da sua população. Nesse processo, destacam-se como acontecimentos particularmente relevantes que expressam uma conotação

extremamente negativa a respeito de certos segmentos da população e ao mesmo tempo também contribuem para reforçar essa imagem: o descaso com o destino do negro livre; a preocupação com a intensa miscigenação da população brasileira; a preconização do branqueamento; a política imigratória e, mesmo, a existência de um Estatuto, o **Puritatae Sanguinis** que, embora tenha vigorado na época colonial, provavelmente ainda exerce influência na maneira como são vistos e se vêem certos segmentos da nossa população e, sobretudo, influencia a maneira como se aborda essa questão. Segundo esse Estatuto que se constitui em uma sucessão de normas jurídicas, reais e eclesiásticas que vigoraram na Espanha e Portugal, e, conseqüentemente, no Brasil colônia - certos segmentos, entre os quais os negros e “mulatos”, eram considerados como portadores de “sangue infecto”, o que lhes vedava o acesso à nobreza, aos cargos públicos e a outros privilégios (Nogueira, s. d.). Como algumas categorias visadas não se diferenciavam em relação ao restante da população, abria-se-lhes a possibilidade de escapar das interdições, desde que houvesse sigilo e discrição quanto à sua origem racial e confissão religiosa. Criou-se, então, uma ética das relações raciais que impõe discrição em relação à ascendência das pessoas, pois, neste contexto, desvendar ou simplesmente mencionar a ascendência estigmatizada de alguém, só se esperaria de um inimigo, de pessoa intrigante ou incumbida de investigação policial. Ética que, segundo Nogueira (s. d.), impregnou a tal ponto o espírito das pessoas e a cultura brasileira, que leva muitos indivíduos de ascendência negra a se mostrarem relutantes em relação à explicitação desta sua característica e também a alimentarem um ideal de branqueamento, uma vez que lhes abre a possibilidade de ir se distanciando da sua origem através de cruzamentos com parceiros brancos.

Mas o importante a destacar no contexto dos acontecimentos citados acima, é o imaginário¹ negativo que vai se forjando a respeito do negro e, que por sua vez, se espraiou pelas mais diferentes instâncias da sociedade. Os estudiosos já denunciaram a

¹ Usamos a expressão imaginário na mesma acepção utilizada por Célia Marinho de Azevedo que, por sua vez, se inspirou em Cornelius Castoriadis: “o imaginário de que falo é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais

sua presença na literatura (Rabassa, 1965; Queiroz Jr., 1975; Brookshaw, 1983; Leite, 1986; Mussa, 1990), na literatura de cordel (Moura, 1976), no teatro (Mendes, 1982), na literatura infantil (Rosemberg, 1979), nas peças teatrais infantis (Tavares, 1981), na literatura didática (Pinto, 1981; Silva, 1987; Triumpho, 1987), na propaganda (Hasenbalg, 1982), nos meios de comunicação (Pereira, 1967; Couceiro, 1983; Schwarcz, 1987), no folclore (Fernandes, 1972), na escola (Cunha Jr., 1987; Figueira, 1990), na dinâmica da sala de aula (Oliveira, 1992; Teixeira, 1992; Silva, 1993), no ambiente de trabalho e no contexto da própria família negra (Teixeira, 1992). Pode-se perceber também a força desse imaginário, através da luta que o movimento negro vem travando tanto junto ao próprio negro, para que este assuma enquanto tal, como junto às várias instâncias da sociedade para que revejam as concepções negativas a seu respeito.

Até que ponto esse clima negativo em relação ao negro e a exaltação do branco e da cor branca exercem influência no momento em que as pessoas têm que classificar ou classificar-se num segmento da população é uma questão a ser pensada. A julgar pelos problemas citados acima, tudo indica que este clima tem influência. Os recenseadores tendem se constranger quando têm de perguntar a cor das pessoas não brancas e dentre estas, pode-se identificar constrangimentos para identificarem-se como negras (pretas e pardas).

Mas as complicações não param por aí. Os estudiosos apontam ainda vários outros fatores que interferem no processo de identificação racial. Um deles advém do fato de que na América Latina e, especialmente no nosso país, há uma associação muito intensa entre classe e “raça”/cor, ou seja, a percepção da “raça”/cor de uma pessoa é muito contaminada pela sua posição sócioeconômica. As pessoas de melhor nível sócioeconômico não só tendem a assumir uma cor mais clara, como têm maior probabilidade de serem assim classificadas. Mas há que se considerar, ainda, o peso das determinações políticas e ideológicas, as quais podem encaminhar o indivíduo

somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos” (Castoriadis, 1982 apud Azevedo, 1987, p. 36).

também na direção de optar por seu “escurecimento”, ou seja, por uma identificação com o segmento negro.

Se essas são questões que afetam a classificação das pessoas adultas, a classificação de cor da criança é processo ainda mais complexo uma vez que é o chefe do domicílio (ou outro adulto respondente) quem atribui a cor aos residentes nas pesquisas do IBGE. No caso das crianças, portanto, a atribuição da cor decorre de um processo de heteroclassificação. Se aqui não interfere diretamente a etiqueta das relações raciais, que parece estar presente quando a classificação é efetuada pelo recenseador, interferem todos os fatores que costumam atuar em qualquer processo de autoclassificação, pois, tudo indica que ao classificar os filhos, os pais tendem a projetar neles os seus próprios desejos e inquietações. Vale lembrar aqui os achados de Elza Berquó e colaboradoras (1986) que evidenciam uma tendência à atribuição de uma cor mais clara aos filhos pequenos. Mas também essa interferência pode se dar no sentido contrário, ou seja, o desejo de assumir a ascendência africana (Rama, 1989).

Nesse sentido, o processo de classificação das crianças provavelmente dependerá, e muito, de quem são os pais, de sua situação econômica, da sua faixa etária, do seu grau de consciência e envolvimento com as questões raciais, da maneira como eles próprios lidam com a sua identidade racial e, ainda, da sua própria trajetória e experiência, que se configuram na sua escolaridade, inserção no sistema produtivo e filiação política. Pesquisas recentes sugerem que adultos mais jovens tendem a ter um maior grau de consciência do grupo étnico a que pertencem (Rama, 1989) e estão mais atentos aos problemas que os filhos irão enfrentar na sociedade em função da sua condição racial (Barbosa, 1983); que os negros com maior escolaridade, vivência no meio urbano e certa estabilidade econômica (Cunha Jr., 1987) ou participantes do movimento negro (Pinto, 1993), embora conscientes da força da ideologia do branqueamento, lutam para anular essa influência. Até que ponto essas vivências influenciam a maneira como essas pessoas classificam seus filhos é algo a ser estudado, mas há indícios de que elas exercem algum grau de influência. Até que ponto também as classificações dos pais

vão ser confirmadas pelo filho no decorrer da sua existência é uma outra questão que deveria ser levada em conta.

A complexidade do processo de classificação da cor de crianças pequenas foi evidenciada no estudo de Oliveira (1994). Eliana de Oliveira estimou a composição racial de usuários de creches diretas municipais de São Paulo a partir da classificação de cor, com base em fotos de crianças que freqüentavam os diversos módulos etários desses equipamentos, efetuada por uma amostra de educadoras. Os resultados mostraram que nem sempre houve concordância entre os classificadores na indicação da cor das crianças, confirmando o que vem sendo apontado a respeito da variação individual nesse processo de classificação. Por exemplo, duas pessoas ao analisarem o mesmo conjunto de fotos, chegaram a resultados bastante diferentes: uma delas classificou como brancas 89,3% das crianças e a outra, 26,2%.

Os dados também sugerem que a composição racial das fotos (estímulos) explicam, em parte, as convergências/divergências de classificação. Por outro lado, não se observou nenhuma interferência da idade e do sexo da criança fotografada no processo classificatório. Já a cor do classificador parece interferir, uma vez que houve maior porcentagem de classificação na categoria branca entre os classificadores que se autoclassificam como brancos e, também, maior porcentagem de classificações nas categorias preto e pardo entre os que se autoclassificam como pretos e pardos, respectivamente.

Em resumo, pode-se presumir que: a atribuição da cor das crianças pequenas decorre de um processo de heteroclassificação, possivelmente mais diretamente associado a determinações do informante que do recenseador; a despeito das incertezas que persistem no processo classificatório, a análise do diferencial racial tem permitido a construção de um quadro bastante consistente das desigualdades vividas por brancos e negros no acesso a bens sociais no geral, e à educação no particular. Isto é, mesmo quando se controlam níveis de rendimento e composição familiar, local, estado e região de moradia, as crianças, os adolescentes e jovens negros enfrentam maiores barreiras para o acesso e a permanência no sistema educacional (Barcelos, 1993) que

seus pares brancos, além de freqüentarem equipamentos de pior qualidade (Rosemberg et al, 1986).

1. POPULAÇÃO

Qualquer reflexão que se faça a respeito da situação da criança negra brasileira, especialmente, no que diz respeito à maneira como esse segmento vem usufruindo dos benefícios sociais nas áreas de saúde, educação e saneamento, algumas questões se colocam como fundamentais: quantas são as crianças negras brasileiras; qual o seu percentual no contexto da população infantil brasileira; onde se localizam no território nacional.

1.1. Composição e distribuição da população geral

As análises que focalizam a composição da população segundo a cor, ao longo do tempo, mostram que os negros, que eram maioria segundo as estimativas do Censo de 1890, diminuem a sua participação na população brasileira por volta de 40, para novamente aumentar o seu contingente na década de 80. De um percentual de cerca de 56% em 1890, decaem para 35,8% em 1940, para alcançar 42,8%, segundo a PNAD de 1987.

Esse embranquecimento, que se configura principalmente na diminuição do contingente de pardos entre 1890 e 1940 (41,4% para 21,2%), é explicado em função da entrada maciça de imigrantes de origem européia, processo que atingiu o seu ponto máximo na virada do século¹.

Com o declínio das migrações e a conseqüente diminuição do seu impacto na dinâmica demográfica da população brasileira, a qual passa a ser regida por eventos internos, como mortalidade, fecundidade, padrão de intercasamento, essa estrutura se alterou. Ocorreu uma consistente redução da população preta, um aumento correspondente da

¹ A porcentagem de pretos permaneceu inalterada no período, 14,6%.

população parda e uma lenta evolução e, eventualmente, uma estabilidade a médio prazo, da população branca (Silva, 1992a).

A composição racial da população em 1987, transcrita na Tabela 1, mostra explicitamente esse padrão: os brancos perfazem 56,6% e os negros 42,8, assim distribuídos: 37,2% de pardos e 5,6% de pretos.

Essa perda relativa dos grupos branco e preto em favor do grupo pardo pode ser explicada tanto em função da adoção de critérios distintos de coleta da informação sobre a cor dos indivíduos nos vários Censos, como também devido ao processo de miscigenação provocado pelas uniões entre os grupos preto e branco (Berquó et al, 1986)². Outros fatores, no entanto, provavelmente contribuíram para esse diferencial. Vários indicadores demográficos, como mortalidade infantil e adulta, fecundidade, probabilidade de casar-se ajudam a entender essa configuração da população. No período entre 1960 e 1980, houve uma acentuada redução da mortalidade infantil entre os pardos, a maior entre os três grupos de cor. Nesse período, as mulheres pretas apresentaram as taxas de fecundidade mais baixas; a fecundidade das mulheres brancas de 15 a 49 anos experimentou uma queda contínua, enquanto a fecundidade das mulheres de cor preta e parda estabilizou-se ou até se incrementou (Bercovich, 1987). As mulheres pretas, por sua vez, foram as que tiveram as menores probabilidades de casar-se (Goldani, 1994)³.

Importa destacar que essa composição racial varia no contexto do território nacional. Na região Norte, por exemplo, 72,7% da população é negra, enquanto que no Sul há apenas 16,7% de negros. Tal estrutura pode estar gerando diferenças sociais entre os grupos raciais, uma vez que as regiões brasileiras não têm o mesmo nível de desenvolvimento e não oferecem a mesma infra-estrutura nas áreas de saneamento, educação, saúde. De fato, conforme mostra Telles (1991), a distinção entre desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil manifesta-se plenamente em duas dimensões espaciais: a regional e a rural-urbana.

² Essas explicações, segundo as autoras, ainda estão no terreno das hipóteses e devem merecer estudos mais aprofundados.

Essa desigualdade na composição racial das regiões fisiográficas, em parte decorrência de fatores históricos - a configuração do sistema de trabalho escravo no final do século XIX, a política imigrantista - teve sérias conseqüências para a população negra. Os estudos mostram que o deslocamento tardio da população escrava para o Sudeste, e a opção pela imigração européia para suprir o mercado de trabalho nessa região fizeram com que os negros ficassem à margem do desenvolvimento que aí ocorreu em conseqüência do processo de urbanização e industrialização.

Segundo Hasenbalg (1988), em 1872, 35%, e, em 1890, 41% dos brancos estavam na região Sudeste, enquanto que apenas 21% e 20% da população de cor⁴ aí habitava nessas mesmas datas. Essa tendência acentuou-se nos anos posteriores. Em 1940, 52%, e, em 1950, 56%. da população branca estava na região Sudeste. Em 1987, de acordo com dados da PNAD, considerando-se essa mesma divisão adotada por Hasenbalg (Sudeste + Sul), esse percentual sobe para 75,3%, enquanto apenas 40,4% dos negros (pretos e pardos) habitava aquela região.

1.2. A composição racial da população infantil de 0 a 6 anos de idade

De acordo com estimativas da PNAD 87 existiriam aproximadamente 23,8 milhões de crianças de 0 a 6 anos residentes em domicílios particulares. Sua composição racial e distribuição no território nacional pouco, ou nada, divergem do que foi mencionado para a população geral. Como se observa na Tabela 1, entre as crianças de 0 a 6 anos, 54,4% foram declaradas brancas, 45,1% negras (40,5% pardas e 4,6% pretas).

A comparação da composição racial dos grupos etários (Tabela 1) evidencia uma tendência a que o contingente de brancos seja mais notável na população de 18 anos e mais. Isto fica mais evidente quando se desagregam os dados por faixa etária para cada

³ Estas observações são baseadas em dados de 1980.

⁴ É importante lembrar que a região Sudeste, de que fala Hasenbalg (1988), o Brasil desenvolvido, segundo as suas palavras, engloba praticamente a região Sudeste e a região Sul, segundo a divisão dos censos e PNADS. Ela abrange o atual Estado do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Como se observa, nessa composição está excluído o Estado de Minas Gerais, que faz parte da região Sudeste atual. Por outro lado este autor usa os termos população de cor e afro-brasileiros para designar pretos e pardos.

segmento de raça/cor (Tabela 2). A comparação entre negros e brancos evidencia, neste último grupo populacional, que o percentual de população tendo 18 anos e mais é sempre superior ao dos negros. A maior juventude da população negra se deve principalmente ao segmento etário tendo entre 7 e 17 anos, tanto para o conjunto do território nacional como para cada uma das regiões fisiográficas.

Para a faixa etária de 0 a 6 anos, esta tendência é menos acentuada, sendo observada para o conjunto do território nacional, mas não de forma sistemática, para todas as regiões.

A maior juventude da população negra pode ser explicada pelas taxas diferenciais de fecundidade, mortalidade infantil, esperança de vida em relação à população branca: a uma esperança de vida menor, se associam taxas de fecundidade e de mortalidade infantil superiores.

A composição racial da população de 0 a 6 anos evidencia configuração semelhante àquela observada para a população geral. As crianças negras superam as brancas, justamente nas regiões economicamente menos desenvolvidas: na zona rural para o conjunto do território nacional; nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Tabela 1). Associando-se densidade populacional e composição racial, observa-se, pela Tabela 3, que as crianças negras residem principalmente no Nordeste (49,8%) e as brancas no Sudeste e Sul (70,4%).

Estas diferenças territoriais, por sua vez, têm reflexos na qualidade de vida das pessoas. Segundo dados de 1980, na região Nordeste, a expectativa de vida era inferior à da região Sudeste, enquanto que os níveis de mortalidade infantil, eram mais elevados (Anuário Estatístico do Brasil apud Telles, 1991). Cunha (1994), não só confirma essas diferenças em relação à mortalidade infantil como apresenta outros indicadores, com base na PNAD 1990, que mostram como continuam marcantes as disparidades entre as cinco grandes regiões do país. Enquanto no Nordeste há 35% de analfabetos entre a população de 10 anos e mais, 74% residem em domicílios sem esgoto adequado, 58% em domicílios sem abastecimento de água, 59% dos

empregados não têm carteira assinada, 54% das pessoas têm rendimento mensal familiar per capita até 1/2 salário mínimo, no Sudeste há 10% de analfabetos, 25% residem em domicílios sem esgotos, 11% em domicílios sem abastecimento de água e apenas 16% auferem rendimento mensal familiar per capita de até 1/2 salário mínimo.

Quando se desagregam os dados no interior do segmento negro entre pretos e pardos, observa-se que, em todas as regiões, o contingente de crianças pardas é superior ao de pretas, sendo que nas regiões Norte e Nordeste atingem os percentuais mais elevados. Nas regiões Sudeste e Nordeste, embora as crianças pretas continuem minoritárias, ostentam os maiores percentuais de participação na composição racial regional (Tabela 1).

O expressivo número de crianças negras na faixa de 0 a 6 anos e sua presença significativa nas regiões e zonas menos desenvolvidas do país constituem tanto um sinalizador sobre a importância da dimensão racial no estudo das condições de vida da infância brasileira, quanto um indicador da qualidade de vida que usufruem.

Porém, para captar com maior precisão o diferencial racial no acesso à educação e ao saneamento básico, os dois próximos tópicos serão dedicados às análises da composição familiar e do montante de rendimentos familiares à luz da dinâmica racial. O destaque dado a estas duas dimensões do ecossistema das crianças pequenas não se esgota no contexto de um quadro descritivo. Com efeito, organização familiar e nível de rendimento têm sido freqüentemente usados como variáveis explicativas para diferenciais raciais observados na qualidade de vida de brancos e negros.

TABELA 1 - POP
COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO TERRITÓRIO NACIONAL E REGIÕES
POR RAÇA/COR, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA. % NAS COLUNAS

REGIÕES FAIXAS ETÁRIAS	BRASIL*				NORTE*				NORDESTE				C. OESTE				SUDESTE				SUL				
	T	0-6	7-17	18 +	T	0-6	7-17	18 +	T	0-6	7-17	18 +	T	0-6	7-17	18 +	T	0-6	7-17	18+	T	0-6	7-17	18 +	
TOTAL	B	56,6	54,4	51,4	59,4	27,0	27,9	24,9	27,8	32,9	33,5	29,6	34,5	49,0	49,2	45,0	50,9	66,2	65,4	62,1	68,0	82,8	82,7	80,2	83,9
	N	42,8	45,1	48,1	39,8	72,7	71,9	74,9	71,8	66,7	66,0	70,0	65,1	50,5	50,4	54,7	48,5	32,8	34,0	37,2	30,9	16,7	17,0	19,4	15,4
	PR	5,6	4,6	5,7	5,8	1,4	1,1	1,4	1,6	6,1	4,9	5,9	6,7	3,3	2,2	3,1	3,7	6,7	5,7	7,3	6,7	3,2	3,2	3,3	3,2
	PA	37,2	40,5	42,4	34,0	71,3	70,9	73,5	70,2	60,6	61,1	64,0	58,5	47,2	48,3	51,6	44,8	26,1	28,3	29,9	24,2	13,5	13,9	16,1	12,3
URBANO	B	60,4	59,4	55,3	62,7	27,0	27,9	24,9	27,8	37,8	39,3	33,8	39,3	51,9	53,8	48,1	53,1	67,8	67,4	63,9	69,3	83,3	83,5	81,1	84,1
	N	38,9	40,1	44,2	36,5	72,7	71,9	74,9	71,8	62,0	60,5	66,1	60,5	47,6	45,7	51,5	46,4	31,2	31,9	35,3	29,5	16,1	16,3	18,5	15,2
	PR	5,6	4,6	5,8	5,7	1,4	1,1	1,4	1,6	6,4	5,0	6,4	6,9	3,0	2,0	3,1	3,2	6,4	5,4	6,9	6,5	3,8	3,7	4,0	3,7
	PA	33,3	35,6	38,4	30,7	71,3	70,9	73,5	70,2	55,6	55,5	59,6	53,6	44,6	43,7	48,5	43,2	24,8	26,5	28,4	23,1	12,3	12,6	14,5	11,5
RURAL	B	46,1	43,1	42,5	49,2					26,8	27,4	24,8	27,7	41,5	39,5	37,8	44,4	57,2	55,9	53,6	59,5	81,8	81,2	78,6	83,5
	N	53,3	56,3	57,0	50,2					72,5	71,8	74,5	71,7	58,1	60,4	62,1	55,0	42,3	43,8	46,0	40,0	17,8	18,5	21,1	16,0
	PR	5,5	4,6	5,4	5,9					5,7	4,7	5,3	6,4	4,1	2,6	3,1	5,2	8,3	6,9	8,8	8,4	2,1	2,0	2,3	2,0
	PA	47,8	51,6	51,3	44,3					66,8	67,1	69,1	65,3	54,1	57,9	59,0	49,8	34,1	36,9	37,2	31,6	15,7	16,5	18,8	14,0

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

Os totais incluem os não declarados, embora estes não apareçam na tabela.

TABELA 2 - POP
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS GRUPOS DE RAÇA/COR RESIDENTES NO TERRITÓRIO NACIONAL E REGIÕES

REGIÕES RAÇA/COR	BRASIL*					NORTE*					NORDESTE					C. OESTE					SUDESTE					SUL				
	T	B	N	PR	PA	T	B	N	PR	PA	T	B	N	PR	PA	T	B	N	PR	PA	T	B	N	PR	PA	T	B	N	PR	PA
0-6	17,2	16,5	18,1	14,2	18,7	19,9	20,6	19,7	14,8	19,8	19,9	20,2	19,7	15,8	20,1	18,5	18,5	18,4	12,4	18,9	15,5	15,3	16,1	13,1	16,9	15,8	15,8	16,1	15,6	16,3
7-17	25,0	22,7	28,1	25,6	28,4	28,9	26,6	29,7	28,7	29,8	28,1	25,3	29,5	27,2	29,7	26,2	24,1	28,4	24,8	28,6	22,8	21,3	25,8	24,8	26,1	24,8	23,3	28,1	25,0	28,8
18 e +	57,8	60,8	53,8	60,2	52,8	51,2	52,8	50,5	56,5	50,4	52,0	54,5	50,8	56,9	50,2	55,3	57,4	53,2	62,8	52,5	61,7	63,3	58,1	62,1	57,1	60,2	61,0	55,8	59,4	54,9

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 3 - POP
DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE POR REGIÃO,
SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E RAÇA/COR. 1987

SIT. DOMIC.		RAÇA/COR				
REGIÕES		B	N	PR	PA	T
TOTAL	N	1,9	6,0	0,9	6,6	3,8
	NE	20,9	49,8	36,0	51,3	34,0
	CO	6,7	8,3	3,5	8,9	7,5
	SE	48,6	30,5	49,7	28,3	40,4
	S	21,8	5,4	9,8	4,9	14,3
	Brasil*	100%	100%	100%	100%	100%
URBANO	N	2,5	9,7	1,3	10,8	5,4
	NE	16,7	37,9	27,6	39,3	25,2
	CO	6,6	8,3	3,2	9,0	7,3
	SE	54,7	38,4	56,7	36,0	48,3
	S	19,4	5,6	11,2	4,9	13,8
	Brasil	100%	100%	100%	100%	100%
RURAL	N	-	-	-	-	-
	NE	34,1	68,7	54,7	70,0	53,9
	CO	7,2	8,4	4,4	8,8	7,8
	SE	29,6	17,8	34,1	16,3	22,8
	S	29,1	5,1	6,8	4,9	15,4
	Brasil	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

2. FAMÍLIA

Apesar de escassa, a bibliografia brasileira contemporânea tem dedicado uma certa atenção à família negra (Oliveira et al, 1987; Pacheco, 1987), ou a dimensões da vida reprodutiva que auxiliam a compreensão das cenas familiares dos segmentos raciais (Goldani, 1991; Bercovich, 1991).

Revedo produções norte-americanas e brasileiras sobre a família negra, Moema de Poli Pacheco (1987) assinala a presença de duas correntes: "os que defendem uma teoria de *adaptação patológica* da família negra e aqueles adeptos de uma linha *saudável*" (Pacheco, 1987, p.100).

A teoria da adaptação patológica enfatiza as diferenças no modo de organização de famílias brancas e negras decorrentes do sistema escravista e das dificuldades de integração dos negros no sistema social pós-abolição. Nesta perspectiva, a família negra é tida como desorganizada, sendo a mulher a figura central. "Alguns [autores norte-americanos] chegam a falar de matriarcado negro, por causa da frequência de lares desfeitos e da insuficiência econômica do homem negro, o que resultaria numa família em sua maior parte incompleta, instável, estruturalmente frágil e socialmente desorganizada" (Pacheco, 1987, p.100).

Segundo várias autoras (Oliveira et al, 1987; Pacheco, 1987; Goldani, 1991), no Brasil, o trabalho de Florestan Fernandes (1978) teria contribuído para a divulgação dessa concepção de família negra anômica, com predominância do modelo incompleto, atribuindo à mulher um papel fundamental na reprodução da família e da raça (Oliveira et al, 1987, p.88).

Aos poucos, esta concepção foi se desfazendo a partir de evidências empíricas de que a chefia feminina e a contribuição predominante de mulheres no sustento da casa são fenômenos mais evidentes em populações pobres, sejam elas brancas ou negras. Com efeito, ao controlarem os níveis de rendimento, estudos brasileiros, apoiados nos dados coletados pelo Censo de 1980, evidenciam que, se efetivamente as famílias negras são

as mais pobres (Pacheco, 1987, p.106), o tipo dominante de família entre brancos e negros é o nuclear completo (chefe, cônjuge e filhos). De forma complementar, a análise de Oliveira e colaboradoras (1987) evidencia, também, que o homem negro auferia maiores rendimentos no mercado de trabalho que a mulher negra, constatação que leva essas autoras a colocarem em questão "a imagem veiculada da mulher negra como sustentáculo da família negra em decorrência de vários fatores, entre eles, de uma suposta inferioridade econômica do homem negro"(Oliveira et al, 1987, p.95).

As evidências empíricas detectadas nos estudos de Oliveira e colaboradoras (1987) e de Pacheco (1987) apontam para semelhanças entre os modos de organização de famílias brancas e negras, não atentando para diferenciais possíveis entre pardos e pretos, diferenciais estes que chamam a atenção de Elsa Berquó (1991) e Ana Maria Goldani (1991). Esta última autora, no seu artigo **Desigualdade racial nas trajetórias de vida familiar das mulheres brasileiras**, destaca: "... as constatações de uma contínua maior 'instabilidade' familiar entre a população negra, representada por uma proporção mais elevada de mulheres pretas chefes de família e mães solteiras, remete a um detalhe mais amplo das diferenças nos arranjos familiares de brancos, pardos e pretos" (Goldani, 1989, Pacheco, 1987 apud Goldani, 1991, p.210).

Diante do exposto na literatura, a análise dos dados sobre os arranjos familiares de crianças negras será efetuada considerando-se, também, proximidades e diferenças entre os perfis de pretos e pardos.

2.1. Família e domicílio nas PNADs

Os dados foram avaliados através do estudo tanto do recorte "domicílio" quanto da "família" em que vivem crianças com menos de 7 anos. Como se sabe, domicílio e família, apesar de muitas vezes identificados pelo senso comum, são conceitos diversos.

Os dados coletados pela PNAD 87 (e demais) referem-se exclusivamente a domicílios particulares, sendo, portanto excluídas do total de crianças aquelas que vivem em

instituições. Na caracterização do domicílio, na perspectiva da compreensão das relações raciais, importa dar destaque à incidência de chefia feminina, condição mais intensamente associada à pobreza.

Em seu artigo sobre **A PNAD como instrumento para o estudo de situação no menor no Brasil**, Rosa Ribeiro (s.d.) destaca, entre os principais problemas desta fonte de informação, a conceituação de família. Para efeito de suas pesquisas, a PNAD conceitua família como "o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que vivassem na mesma unidade domiciliar e, também pessoa que vivesse só em uma unidade domiciliar" (Ribeiro, s.d., p.4).

Segundo Ribeiro (s.d.) tal conceituação não corresponde às concepções contemporâneas de família consagradas pela antropologia e sociologia "para as quais um dos elementos básicos na constituição da família é a existência de laços de afinidade e/ou consangüinidade" (Ribeiro, s.d., p.5).

No caso desse nosso estudo, as possíveis divergências entre ambas conceituações desaparecem na medida em que a PNAD 87 levantou dados sobre tipos de família em que crianças vivem na condição de filhos. Porém, como afirma, também Rosa Ribeiro (s.d.) a condição de filho não é qualificada, não permitindo distinguir-se filhos biológicos e adotivos.

2.2 Resultados

Os resultados sobre este tópico serão discutidos em torno de dois eixos: no primeiro, serão apresentados e analisados os dados exclusivamente sobre chefia feminina de domicílios particulares independentemente da presença ou não de crianças; no segundo, serão analisadas as formas de organização das famílias em que as crianças de 0 a 6 anos vivem na condição de filho.

Chefia feminina. Quando se comparam entre si exclusivamente brancos e negros, confirmam-se as tendências apontadas por Oliveira e colaboradoras (1987) e Pacheco (1987): o modelo predominante nos domicílios particulares é a chefia masculina para todas as regiões e níveis de rendimento (Tabelas 1 e 2).

Observa-se uma certa variação regional, sendo a região Nordeste a que evidencia a maior porcentagem de chefia feminina (18,1% dos domicílios) e a região Sul a menor porcentagem (14,0%). Porém, contrariamente ao esperado pelo senso comum, a maior incidência de chefia feminina no Nordeste é observada entre brancos e não entre negros (Tabela 1).

Quando se compara a frequência de chefia feminina nos diferentes níveis de rendimento (Tabela 2), observa-se uma quase que regularidade de que sua incidência seja maior quanto menor for o rendimento familiar per capita, tendência esta válida para brancos e negros e já discutida na literatura brasileira e internacional. "A chefia de famílias por mulheres está estreitamente ligada à pobreza, seja na América Latina, na África ou na Ásia, é nas camadas pobres que as mulheres estão se tornando cada vez mais o único arrimo econômico de suas famílias. Esse grupo de mulheres está, em geral, mal preparado para assumir tais responsabilidades (...). Paradoxalmente, é exatamente nas sociedades que até recentemente mantiveram a tradição de sistemas familiares estáveis chefiados por homens que a pobreza com o desenvolvimento propicia o surgimento e a expansão das famílias chefiadas por mulheres" (Barroso, 1978, p.8).

Controlando-se o nível de rendimento (Tabela 2), observa-se que, para o conjunto de domicílios brasileiros, a pequena tendência geral de que negros evidenciam porcentagens mais altas de chefia feminina desaparece: para algumas categorias de renda são as mulheres brancas que tendem a ser chefes e para outras, são as negras. Como os negros se situam em sua maioria nos níveis inferiores de renda e é nesses níveis que se observam maiores índices de chefia feminina, o total geral para o território nacional evidencia, obrigatoriamente, chefia feminina mais elevada entre os negros (16,5% entre brancos e 17,9% entre negros, Tabela 1).

A comparação entre mulheres brancas, pretas e pardas (Tabelas 1 e 2) evidencia enormes diferenças: as pretas sempre tendem a ser, mais frequentemente que as demais, chefes de domicílio. Esta tendência, apontada por outras autoras (Goldani, 1991, p.226), pode ser explicada tanto por eventos demográficos discretos (ou descontínuos) quanto pela dinâmica da vida familiar.

Elza Berquó (1991, p. 115) assinala que as pretas se casam mais tardiamente, que seu celibato bem como sua viuvez é maior que o das brancas e pardas. Estes eventos da vida reprodutiva/matrimonial, dinamizados na trajetória de vida familiar de uma coorte, permitiu a Ana Maria Goldani (1991, p.229-30) afirmar que "as mulheres pretas esperariam viver hoje mais da metade de suas vidas adultas na condição de não-casadas ou sem companheiro (56%), comparando-se às pardas (48%) e às brancas (42%)".

Esta observação é de interesse não apenas por destacar diferenças na trajetória familiar entre brancas, pardas e pretas mas, também, pelo alerta metodológico-conceitual que sugere: ao se analisarem características familiares (como chefia de domicílio) através de cortes temporais (como fazem os Censos e as PNADs), captamos apenas instantâneos de processos dinâmicos, perdendo a incidência de sua duração. Neste sentido, talvez, fosse inadequado afirmar-se que um maior número de mulheres pretas seriam chefes de família do que brancas e pardas. O que os dados censitários e da PNAD captam de acordo com as observações efetuadas por Goldani (1991) é que nos momentos flagrados pelas pesquisas estas mulheres se encontram na situação de chefes de família. Importa, pois, discutir o ciclo de vida familiar entre os pobres.

Como afirma Cynthia Sarti "as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (...). A literatura sobre famílias pobres no Brasil confirma a possibilidade de se estabelecer uma relação entre as condições sócio-econômicas e a estabilidade familiar, no sentido dos ciclos de vida familiar se desenvolverem sem rupturas (...). Isto significa dizer que as famílias desfeitas são mais pobres e, em círculo vicioso, as famílias mais pobres desfazem-se mais facilmente" (Sarti, 1994, p.82). Como

discutiremos no tópico sobre rendimento, são as famílias chefiadas por mulheres as que apresentam os rendimentos mais baixos.

Tipos de família e crianças de 0 a 6 anos. A PNAD 87 coletou informações sobre as famílias permitindo a elaboração de tabulações especiais sobre os tipos de família em que vivem as crianças tendo entre 0 e 6 anos (Tabelas 3, 4 e 5).

Adotando tipologia diversa do tópico anterior, aqui as famílias foram classificadas em três categorias: casal, chefia masculina, chefia feminina¹. Ou seja, as categorias chefia masculina ou feminina são exclusivamente reservadas para as famílias em que não existe a presença do casal. Além dessa observação, deve-se notar que os dados referem-se à distribuição de frequência de filhos entre 0 e 6 anos nestes três tipos de família.

Os dados obtidos através das tabulações especiais da PNAD 87 sobre os tipos de famílias das crianças pequenas apontam para as seguintes conclusões: em todos os segmentos econômicos e raciais predomina o casal com filhos (em detrimento das chefias masculinas ou femininas exclusivamente). Assim, 90% dos filhos com até 6 anos de idade provêm de famílias organizadas em torno de um casal (Tabela 3). Observa-se, porém, uma tendência à associação entre família organizada em torno de casal e rendimento familiar. Ocorre diminuição da frequência de crianças na condição de filho de casal à medida que os rendimentos familiares caem, tendência compartilhada pelos diferentes segmentos raciais (Tabela 4).

Comparando-se os segmentos raciais branco e negro, para o conjunto da população, observa-se uma porcentagem maior de filhos de 0 a 6 anos brancos provirem de famílias compostas por casal (91,3% e 88,6%, Tabela 4). Porém, esta diferença tende a diminuir quando nesta comparação se levam em conta os níveis de rendimento, não ultrapassando, então, 1,2 pontos percentuais.

¹ Discutiremos apenas os dados sobre família de tipo casal e de tipo chefia feminina dada a pequena porcentagem, nesta tipologia, de chefia masculina.

Estas constatações sobre o tipo predominante "organizado"² de famílias negras e de pobres contribuem, sem dúvida, para desfazer o estigma que se lhes imputa, principalmente quando se tentam explicar as razões que determinam o insucesso escolar das crianças. Razões do tipo "família desestruturada ou desorganizada" têm sido constantemente evocadas em propostas de políticas sociais ou na fala de professores/as, como vêm mostrando várias pesquisas (Rosemberg, 1994).

Porém, convém não perder de mira as condições de fragilidade em que vivem as famílias chefiadas por mulheres, principalmente aquelas com crianças pequenas, considerando-se, especialmente, a escassa cobertura de creches e pré-escolas face à demanda. Como assinalou Ana Maria Goldani (1991, p.231), "o tempo cada vez maior que as mulheres esperam ser mães solteiras (sós), a ausência de instituições públicas de auxílio às famílias no cuidado dos filhos, e a comprovada incapacidade econômica da família, para o cuidado de seus dependentes, constituem claras indicações do aumento das responsabilidades e encargos que incidem sobre a família e da necessidade de gastos públicos com a família".

Assim sendo, é necessário complementar esta análise, destacando o elevado número de crianças pequenas negras que vivem em famílias chefiadas por mulheres, mesmo que esta situação seja decorrente de determinações econômicas. Isto é, mesmo que não seja por razões diretamente vinculadas ao pertencimento racial, um número significativo de crianças pequenas negras vive em famílias chefiadas por mulheres: dentre as crianças pequenas provenientes de famílias chefiadas por mulheres 55,2% são negras (Tabela 5).

As disparidades regionais observadas na Tabela 5 resultam da diversidade na composição racial das regiões fisiográficas, em especial entre os pobres. Dentre os 2 milhões estimados do conjunto de crianças brasileiras de 0 a 6 anos provenientes de famílias chefiadas por mulheres, 25,5% são filhas de mulheres negras residentes no

² Estamos nos referindo ao expressivo número de crianças entre 0 e 6 anos que vivem na condição de filho de família de "tipo casal" (Tabela 4 - FAM).

Nordeste, em decorrência do contingente populacional dessa região, associado à intensa concentração de negros pobres nessa região.

Quando comparamos brancos, pretos e pardos (Tabelas 3 e 4), observamos a mesma tendência assinalada no tópico anterior: a categoria casal é menos presente para os filhos de chefes de domicílio pretos, mesmo quando se controla o rendimento familiar (Tabela 4).

TABELA 1 - FAM
PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS PARTICULARES CHEFIADOS POR MULHERES, SEGUNDO REGIÃO E RAÇA/COR. 1987

REGIÕES	B	N	PR	PA	T
N*	17,2	17,7	21,8	17,6	17,5
NE	19,2	17,6	24,8	16,6	18,1
CO	14,7	16,2	17,3	16,1	15,5
SE	17,2	19,2	24,5	17,7	17,7
S	13,6	15,6	18,8	14,8	14,0
BRASIL*	16,5	17,9	23,8	16,9	17,0

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 2 - FAM
PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS PARTICULARES CHEFIADOS POR MULHERES, SEGUNDO RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA E RAÇA/COR BRASIL*, 1987

RENDA MENSAL FAMILIAR PER CAPITA	B	N	PR	PA	TOTAL
TOTAL	16,5	17,9	23,8	16,9	17,0
até ¼	17,8	17,0	22,4	16,0	17,2
+ de ¼ a ½	19,4	19,9	27,2	18,7	19,6
+ de ½ a 1	16,8	18,9	23,7	18,0	17,7
+ de 1 a 2	15,7	16,6	22,2	15,5	16,0

+ de 2	15,4	14,9	21,0	14,1	15,2
SEM RENDIMENTO	27,6	25,8	36,8	22,5	26,5

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 3 - FAM

PORCENTAGEM DO NÚMERO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE, RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, NA CONDIÇÃO DE FILHO DA FAMÍLIA DE "TIPO CASAL", SEGUNDO REGIÃO E RAÇA/COR. 1987

REGIÕES	B	N	PR	PA	TOTAL
N*	87,4	85,4	87,9	85,3	85,8
NE	89,9	89,1	87,4	89,3	89,3
CO	91,4	89,8	90,8	89,7	90,5
SE	91,3	88,0	83,8	89,1	90,1
S	92,8	89,0	86,4	89,0	92,1
BRASIL*	91,3	88,6	85,7	89,0	90,0

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 4 - FAM

PORCENTAGEM DO NÚMERO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE, RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, NA CONDIÇÃO DE FILHO DA FAMÍLIA DE "TIPO CASAL", SEGUNDO RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA E RAÇA/COR - BRASIL*, 1987

RENDA MENSAL FAMILIAR PER CAPITA	B	N	PR	PA	TOTAL
TOTAL	91,3	88,6	85,7	89,0	90,0
até ¼	88,0	88,1	85,5	88,5	88,0
+ ¼ - ½	90,4	89,2	86,0	89,7	89,7
+ ½ a 1	91,7	90,9	88,3	91,3	91,3
+ 1 - 2	94,3	94,2	94,1	94,2	94,2
+ 2 - 3	95,4	95,3	94,1	95,4	95,5
+ 3 SM	96,5	95,5	92,9	95,7	96,3

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 5 - FAM

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE, RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, NA CONDIÇÃO DE FILHOS DA FAMÍLIA DE "TIPO CHEFIA FEMININA"* POR RAÇA/COR, SEGUNDO REGIÃO. 1987

REGIÕES	B	N	PR	PA	TOTAL
N**	19,5	80,1	1,4	78,7	100,0
NE	28,9	70,8	8,2	62,6	100,0
CO	40,2	59,3	3,8	55,5	100,0
SU	54,0	45,5	13,2	32,3	100,0
S	74,3	25,7	6,1	19,6	100,0
BRASIL**	44,4	55,2	9,3	45,9	100,0

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Chefia feminina no conjunto dos três tipos de família (casal, chefia masculina e chefia feminina).

** Excluída a zona rural da região Norte.

Os totais incluem os não declarados, embora estes não apareçam na tabela.

3. RENDIMENTO

"... A pobreza no Brasil não é daltônica" (Silva, 1992b, p.123): a distribuição dos rendimentos, apresenta nítida associação com o pertencimento racial do segmento considerado (Tabela 1).

Estes dados evidenciam que existe no Brasil significativa diferenciação salarial entre trabalhadores igualmente produtivos determinada por atributos não produtivos, em especial sexo e raça que apresentam, também, uma interação entre si (Bruschini, 1994; Oliveira et al, 1987; Rosemberg et al, 1986; Silva, 1992b). Ou seja, o mercado de trabalho discrimina mulheres e negros, mesmo quando se controlam variáveis pertinentes como nível educacional (Rosemberg et al, 1986) e categorias sócio-ocupacionais (Oliveira et al, 1987).

Com base em tabulações especiais do Censo de 80 para o Estado de São Paulo, havíamos observado uma hierarquia de rendimentos associando raça e sexo mesmo quando se controlaram os níveis educacionais da população (Rosemberg et al, 1986, Gráfico 1).

A discriminação no mercado de trabalho, com seu impacto nos níveis de rendimento, não atinge apenas os trabalhadores ativos mas também os desempregados. A pesquisa emprego-desemprego realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE (1988) constata que os processos de recrutamento e de seleção são mais rigorosos para os negros (no Estado de São Paulo): "... em qualquer nível de ensino as taxas de desemprego são maiores para os negros, com exceção dos analfabetos. Aliás, esta exceção permite supor que aos negros, geralmente, são oferecidas opções precárias, que não exigem qualificação por parte do trabalhador..." (SEADE-DIEESE, 1988, p.41).

Em estudo recente sobre as relações entre pobreza e raça no Brasil, com base em tabulações especiais da PNAD 88, Nelson do Valle Silva (1992b, p.123) evidencia que "a proporção de pobres é bastante desigual quando consideramos a sua cor: enquanto que a incidência da pobreza entre brancos é estimada em 14,7%, a proporção entre indivíduos de cor é de mais que o dobro deste valor, sendo 30,2% entre pretos e, um tanto surpreendentemente dadas as noções generalizadas de um status intermediário que pardos ocupariam na sociedade brasileira, 36% entre os membros deste último grupo".

Silva (1992b), no texto mencionado, sistematiza os conhecimentos já disponíveis sobre os correlatos da pobreza: em primeiro lugar, a distribuição regional dos segmentos raciais pelas regiões fisiográficas, questão já mencionada no capítulo 1. Brancos e pretos estão proporcionalmente mais representados nas regiões mais ricas (Sul e Sudeste) enquanto metade dos pardos residem no Nordeste, região mais pobre do país. Assim, qualquer análise sobre distribuição de rendimentos entre os segmentos raciais deve levar em consideração sua localização no território nacional.

Outra variável de destaque é a área de residência, se rural ou urbana. "No Brasil quanto menor/mais rural a área de residência, maior a incidência da pobreza". (Silva, 1992b, p.125). Brancos e pretos tendem a residir mais que pardos em áreas urbanas: "existem mais pretos na região Metropolitana do Rio de Janeiro do que em todo o Nordeste

rural" (Silva, 1992b, p.126). Mais uma vez é o grupo de pardos que evidencia desvantagens pois, um em cada três pardos reside em área rural.

Características das famílias também têm sido apontadas como determinantes de rendimento familiar. Pastore e colaboradores (1983) evidenciaram que famílias pobres tendem a ser maiores e com maior número de dependentes não economicamente ativos. Outras características da família - como chefia do domicílio, fase do ciclo de vida e presença de crianças pequenas - são evidenciadas como variáveis que afetam o rendimento familiar.

3.1 Resultados

Os dados que apresentamos e discutimos, a seguir, levaram em consideração o estado do conhecimento sobre rendimento e raça. Inicialmente, apresentamos um conjunto de tabelas (Tabelas 2 e 3) onde constam as médias de rendimento¹ domiciliar **per capita** em S.M. de residentes em domicílios particulares por sexo do chefe de domicílio e área de residência (rural e urbana). Este conjunto tem por finalidade não apenas captar diferenças de rendimento entre brancos e negros, pretos e pardos, (Tabela 2) mas também verificar se as crianças pequenas (com menos de 7 anos) vivem em domicílios com rendimentos inferiores aos demais segmentos populacionais (Tabela 3). O segundo conjunto de tabelas (Tabelas 5, 6, 7 e 8) focaliza a média de rendimentos de crianças de 0 a 6 anos residentes em domicílios particulares na condição de filho, por tipo de família.

Rendimento domiciliar. A média de 1,6 SM de rendimento domiciliar per capita no Brasil esconde variações de acordo com a situação do domicílio (1,9 em zona urbana contra 0,8 em zona rural), sexo do chefe de família (1,5 para chefia feminina) e

¹ Se a renda mensal familiar per capita é definida como sendo o cociente entre a renda mensal familiar e o número de elementos que dela dependem para sobreviver e pode ser entendida como sendo a quantia disponível para satisfazer as necessidades de cada um desses elementos, é viável a utilização do cálculo de médias do rendimento mensal familiar per capita para subgrupos de elementos que integram a família. Um exemplo é a obtenção da média de rendimento mensal familiar per capita para crianças de 0 a 6 anos na condição de filhos ou não.

raça/cor, principalmente na comparação entre brancos (2 SM per capita em média) e negros (1,1 SM per capita em média). As diferenças entre os segmentos raciais persistem quando se controlam a situação de domicílio e o sexo do chefe de domicílio. Portanto, tais dados apenas confirmam informações disponíveis sobre as desvantagens econômicas do segmento racial negro (Tabela 2).

Estas diferenças quanto ao rendimento domiciliar vão se manifestar, evidentemente, no grupo etário de 0 e 6 anos (Tabela 3). Crianças de 0 e 6 anos brasileiras residem em domicílios cuja média de rendimentos **per capita** equivale a 1,0 SM. Porém, se o domicílio se localiza em zona urbana, o nível de rendimento sobe para 1,3 SM e se estiver em zona rural cai para 0,5 SM.

As comparações entre os rendimentos dos domicílios em que vivem crianças brancas e negras evidenciam intenso diferencial racial que acompanha **pari passu** as diversidades regionais e de situação do domicílio: sistematicamente as crianças brancas residem em domicílios que auferem rendimentos superiores aos das crianças negras.

A variação é intensa: são as crianças brancas residentes no Sudeste urbano que ostentam níveis de rendimento superior (1,8 SM em média) e as crianças negras do Nordeste rural as que vivem em condições de pobreza mais intensa (a média de 0,3 SM domiciliar per capita).

Comparando-se os dados das Tabelas 2 e 3 observa-se que a média dos rendimentos das crianças tendo entre 0 e 6 anos é inferior à do total da população, diferença esta observada no Brasil como um todo, nas diferentes localizações residenciais e para ambos os segmentos raciais. Esta tendência foi colocada em relevo na Tabela 4 onde se evidencia que quanto mais jovem for o segmento etário, menores os rendimentos familiares. O estágio de vida familiar, o padrão etário da fratria são razões que podem ser evocadas para entender estas diferenças. Crianças pequenas são geralmente filhos

Para o cálculo dessas médias faz-se necessário o traçado de ogivas de porcentagem, objetivando a determinação do ponto médio da classe onde se encontram as rendas per capita de valor mais alto (Miriam Bizzocchi, estatística).

de famílias jovens que tendem a ter filhos em idade próxima, dado o padrão atual de fecundidade no Brasil.

Apesar desta tendência estar presente entre brancos e negros, a diferença na média de rendimentos entre ambos os segmentos raciais faz com que crianças negras tendo entre 0 e 6 anos constituam o segmento mais pobre da população.

Rendimento por tipo de família. A desagregação dos dados sobre rendimento dos domicílios em que vivem crianças de 0 a 6 anos na condição de filhos por tipo de família (Tabelas 5 e 6) evidencia variações ainda mais notáveis: em todas as regiões e para os três tipos de família considerados², os níveis médios de rendimento per capita das crianças negras é sistematicamente inferior aos das brancas. A pobreza mais intensa é observada entre crianças negras (Tabela 6) residentes no Sul rural em famílias chefiadas por mulheres negras (0,13 SM per capita em média). Em contrapartida, é no Centro-Oeste urbano em famílias chefiadas por casal branco que se encontram as crianças de 0 e 6 anos vivendo em condições econômicas mais favoráveis (1,81 SM em média).

As comparações entre os segmentos de cor preta e parda (Tabelas 7 e 8) evidenciam, de modo geral, que para quase todas as regiões e tipos de família, as crianças pretas viveriam em piores condições sócioeconômicas.

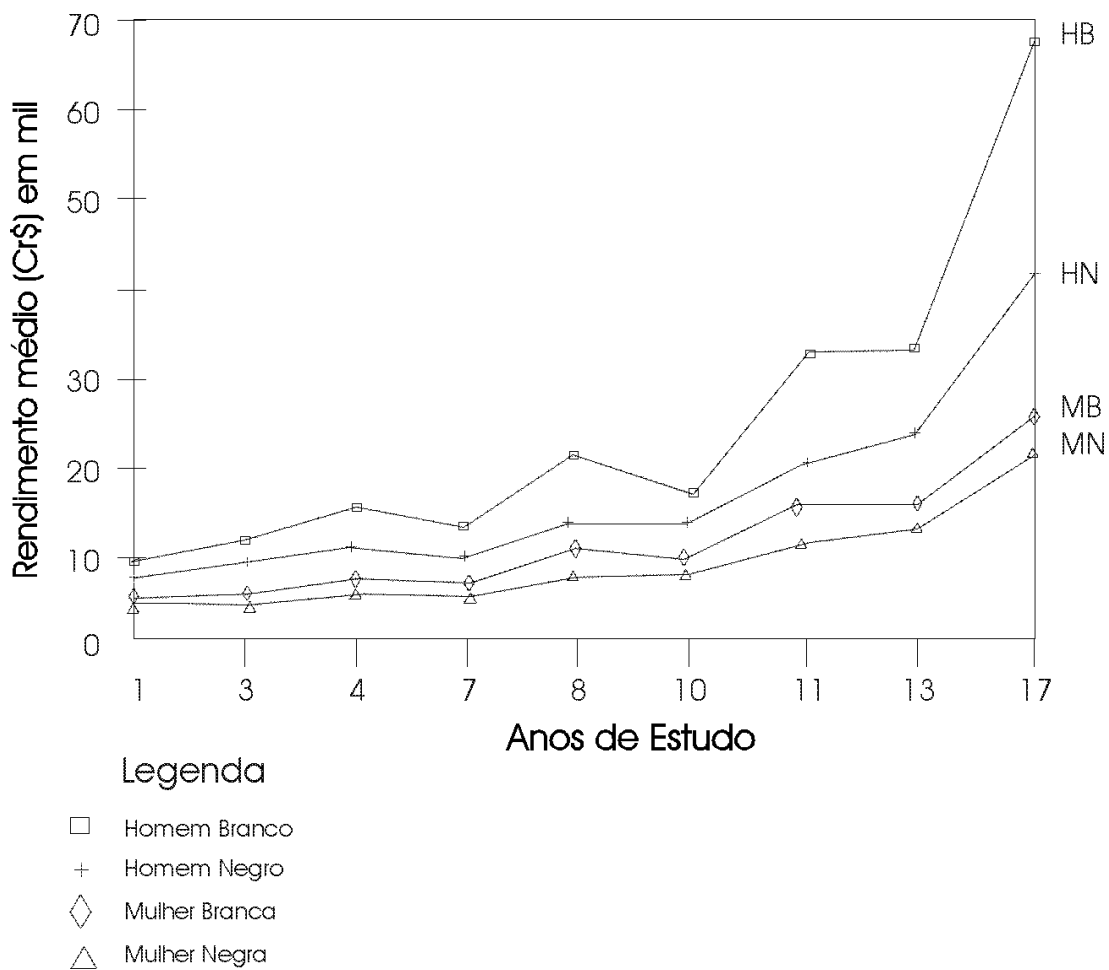
Em resumo: a análise dos níveis de rendimento evidencia um diferencial racial importante que desfavorece as crianças negras mesmo quando se controlam variáveis como região de residência, situação do domicílio e tipo de família.

Além disso, observamos que as crianças pequenas negras constituem o grupo etário com médias de rendimento familiar per capita mais baixas. Esta situação econômica mais desfavorável que atinge crianças negras já indica, por si só que, em país que não universalizou o acesso à educação e ao saneamento básico (cujo acesso é intensamente associado ao nível de rendimento), este grupo populacional evidenciará piores taxas de

² Lembramos que aqui a chefia masculina ou feminina só é destacada na ausência de casal.

cobertura. Ou seja, a própria situação econômica em que vivem crianças negras já aponta para maior dificuldade de acesso aos serviços públicos, no caso educação e saneamento. Porém, como veremos nos próximos capítulos, mesmo controlando-se o nível de rendimento familiar, a área e região de residência, as crianças negras não usufruem das mesmas condições de acesso à educação e a um domicílio adequado no plano do saneamento.

GRÁFICO 1
RENDIMENTO MÉDIO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DE 10
ANOS E MAIS POR ANOS DE ESTUDO SEGUNDO O SEXO E A COR
SÃO PAULO, 1980



Fonte: Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980, apud Rosemberg et al (1986, p. 290)

TABELA 1 - RE
RENDA FAMILIAR PER CAPITA POR COR DO RESPONDENTE - BRASIL (1988)
(EM MILHARES DE PESSOAS)

RENDA FAMILIAR PER CAPITA	COR DA PESSOA				
	BRANCA	PRETA	PARDA	AMARELA	TOTAL
Até ¼ SM	11.230 (14.7)	2.245 (30.2)	19.103 (36.0)	43 (6.1)	32.634 (23.7)
¼ a ½ SM	14.633 (19.2)	2.041 (27.4)	14.237 (26.8)	41 (5.8)	30.032 (22.5)
½ a 1 SM	19.047 (24.2)	1.853 (24.9)	11.011 (20.7)	115 (16.2)	32.032 (23.3)
1 a 2 SM	15.386 (20.2)	894 (12.0)	5.632 (10.6)	138 (19.5)	22.059 (16.0)
2 a 3 SM	6.275 (8.2)	198 (2.7)	1.556 (2.9)	114 (16.1)	8.143 (5.9)
3 a 5 SM	4.984 (6.5)	117 (1.6)	935 (1.8)	109 (15.4)	6.145 (4.5)
5 a 10 SM	3.440 (4.5)	61 (0.8)	488 (0.9)	89 (13.8)	4.087 (3.0)
10 a 20 SM	1.112 (1.5)	22 (0.3)	122 (0.2)	46 (6.5)	1.302 (0.9)
20 e mais SM	248 (0.3)	5 (0.1)	26 (0.0)	5 (0.6)	284 (0.2)
TOTAL	76.354 (100%)	7.436 (100%)	53.111 (100%)	780 (100%)	137.609 (100%)

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 88, apud Silva (1992b, p.122).

TABELA 2 - RE

MÉDIA DO RENDIMENTO MENSAL PER CAPITA EM S.M. DE RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES E NAQUELES CHEFIADOS POR MULHER, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E RAÇA/COR - BRASIL*, 1987

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES					DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES CHEFIADOS POR MULHER				
	T	B	N	PR	PA	T	B	N	PR	PA
TOTAL*	1,6	2,0	1,1	1,0	1,0	1,5	1,9	1,0	1,0	1,0
URBANO	1,9	2,2	1,3	1,2	1,4	1,7	2,0	1,1	1,1	1,2
RURAL*	0,8	1,0	0,6	0,6	0,6	0,7	0,9	0,5	0,5	0,5

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 3 - RE

MÉDIA DO RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA EM S.M. DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO REGIÃO, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E RAÇA/COR. 1987

REGIÕES E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	B	N	PR	PA	T
N	1,6	1,1	1,0	1,1	1,1
NE	0,8	0,5	0,4	0,5	0,6
URBANO	1,1	0,7	0,5	0,7	0,8
RURAL	0,4	0,3	0,3	0,3	0,6
CO	1,6	0,9	0,8	0,9	1,1
URBANO	1,8	1,1	0,9	1,1	1,4
RURAL	0,8	0,5	0,6	0,5	0,6
SE	1,7	0,9	0,7	0,9	1,3
URBANO	1,8	1,0	0,8	1,0	1,4
RURAL	0,8	0,4	0,4	0,5	0,6
S	1,4	0,7	0,8	0,7	1,7
URBANO	1,7	0,9	0,9	0,9	1,4
RURAL	0,8	0,4	0,4	0,4	0,7
BRASIL*	1,4	0,7	-	-	1,0
URBANO	1,7	0,9	-	-	1,3
RURAL*	0,7	0,4	-	-	0,5

Fonte: Tabulação especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 4 - RE
MÉDIA DO RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA EM S.M. DE PESSOAS
RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, SITUAÇÃO DO
DOMICÍLIO E RAÇA -
BRASIL*, 1987

FAIXAS ETÁRIAS	TOTAL*			URBANO			RURAL*		
	B	N	T	B	N	T	B	N	T
0 A 6	1,3	0,7	1,0	1,5	0,8	1,2	0,6	0,4	0,5
7 A 17	1,3	0,7	1,1	1,6	0,9	1,3	0,7	0,5	0,6
18 E +	1,8	1,0	1,5	2,0	1,3	1,7	0,9	0,6	0,8
TOTAL	1,6	0,9	1,3	1,8	1,1	1,5	0,8	0,5	0,6

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 5 - RE
MÉDIA DO RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA EM S.M. DE CRIANÇAS DE
0 A 6 ANOS DE IDADE, RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES NA
CONDIÇÃO DE FILHO DA FAMÍLIA, SEGUNDO REGIÃO, TIPO DE FAMÍLIA
E RAÇA DO CHEFE DA FAMÍLIA. 1987

REGIÕES	CASAL			MULHER CHEFE			HOMEM CHEFE		
	B	N	T	B	N	T	B	N	T
N*	1,61	1,07	1,19	0,80	0,50	0,56	1,56	0,78	1,03
NE	0,81	0,49	0,59	0,49	0,30	0,35	0,64	0,48	0,52
CO	1,49	0,87	1,16	0,89	0,58	0,72	1,29	0,71	0,87
SE	1,59	0,88	1,34	0,91	0,52	0,74	1,15	0,68	0,97
S	1,31	0,68	1,19	0,73	0,44	0,65	1,32	0,75	1,09
BRASIL*	1,37	0,69	1,05	0,77	0,42	0,58	1,09	0,60	0,82

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 6 - RE

MÉDIA DO RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA EM S.M. DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE, RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES NA CONDIÇÃO DE FILHO DA FAMÍLIA, SEGUNDO REGIÃO, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, TIPO DE FAMÍLIA E RAÇA DO CHEFE DA FAMÍLIA. 1987

REGIÕES E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO		CASAL		MULHER CHEFE		HOMEM CHEFE	
		B	N	B	N	B	N
		N	U	1,61	1,07	0,80	0,50
	R	-	-	-	-		
NE	U	1,14	0,72	0,54	0,30	0,74	0,58
	R	0,38	0,30	0,30	0,17	0,39	0,32
CO	U	1,81	1,13	0,97	0,64	1,36	0,77
	R	0,74	0,47	0,23	0,30	0,75	0,64
SE	U	1,75	1,02	0,95	0,55	1,27	0,71
	R	0,73	0,43	0,50	0,27	0,75	0,60
S	U	1,60	0,83	0,83	0,53	1,23	1,99
	R	0,74	0,44	0,32	0,13	2,50	0,26
BRASIL	U	1,63	0,91	0,84	0,48	1,18	0,71
	R*	0,62	0,35	0,37	0,19	0,74	0,40

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 7 - RE

MÉDIA DO RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA EM S.M. DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE, RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES NA CONDIÇÃO DE FILHO DA FAMÍLIA DE CHEFE NEGRO, SEGUNDO REGIÃO, TIPO DE FAMÍLIA E COR DO CHEFE. 1987

REGIÕES	CASAL		MULHER CHEFE		HOMEM CHEFE	
	PR	PA	PR	PA	PR	PA
	N*	0,95	1,07	0,59	0,50	-
NE	0,41	0,50	0,24	0,31	0,46	0,48
CO	0,70	0,89	0,23	0,61	1,50	0,48
SE	0,72	0,92	0,44	0,56	0,47	0,72
S	0,72	0,68	0,59	0,39	1,62	0,33
BRASIL*	0,61	0,70	0,38	0,43	0,71	0,58

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 8 - RE

MÉDIA DO RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA EM S.M. DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE, RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES NA CONDIÇÃO DE FILHO DA FAMÍLIA DE CHEFE NEGRO, SEGUNDO REGIÃO, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, TIPO DE FAMÍLIA E COR DO CHEFE. 1987

REGIÕES E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO		CASAL		MULHER CHEFE		HOMEM CHEFE	
		PR	PA	PR	PA	PR	PA
N	U	0,95	1,07	0,59	0,50	-	0,78
	R	-	-	-	-	-	-
NE	U	0,59	0,74	0,26	0,38	0,44	0,62
	R	0,24	0,30	0,14	0,17	0,54	0,29
CO	U	0,91	1,15	0,23	0,66	-	0,77
	R	0,41	0,47	0,19	0,30	1,50	0,46
SE	U	0,82	1,06	0,45	0,59	0,47	0,78
	R	0,40	0,44	0,36	0,21	-	0,60
S	U	0,85	0,83	0,61	0,50	2,30	0,75
	R	0,33	0,46	0,43	0,10	0,13	0,29
BRASIL	U	0,77	0,94	0,40	0,50	0,74	0,71
	R*	0,31	0,35	0,27	0,18	0,56	0,38

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

4. EDUCAÇÃO

A bibliografia brasileira sobre a educação de crianças pequenas levando em conta o pertencimento racial é extremamente pobre, evidenciando tratar-se de um tema marginal tanto para a crescente produção sobre educação infantil quanto para os estudiosos da dinâmica racial. Assim é que as pesquisas que vêm se detendo na análise das oportunidades educacionais de brancos e negros, de um modo geral, concentram-se nos níveis educacionais a partir do primeiro grau (Rosemberg et al, 1986; Hasenbalg e Silva, 1990; Barcelos, 1993). Também, são poucas as evidências de que organizações do movimento negro tenham se mobilizado em torno de reivindicações relativas à educação infantil (Pinto, 1993). Uma das raras exceções encontrada foi a inclusão de

uma proposta específica sobre o pré-escolar na plataforma de ações da Comissão de Educação do Conselho da Comunidade Negra de São Paulo em 1984 (Oliveira, 1992)¹.

Tampouco a produção nacional sobre educação infantil, inclusive diagnósticos recentes, amplos e consistentes sobre redes de creches/pré-escolas locais² estão alertas sobre aspectos específicos relacionados à dinâmica racial.

Temos conhecimento de apenas três trabalhos brasileiros que, direta ou indiretamente, descreveram a composição racial de crianças freqüentando creches e pré-escolas: o de Deborah Levison (1989) que analisou os dados coletados pelo Suplemento Menor da PNAD 85; o de Fúlvia Rosemberg (1991) que efetuou um balanço da bibliografia sobre educação inicial e se deteve na análise de algumas tabelas da PNAD 87 e o de Eliana de Oliveira (1994), que efetuou uma estimativa da composição racial de crianças freqüentando a rede de creches diretas do Município de São Paulo.

Antes de sintetizarmos essas pesquisas, seria conveniente deter a atenção em explicações possíveis para este aparente desinteresse de pesquisadores sobre esta questão. De início vale lembrar, como já mencionaram Carlos Hasenbalg (1991) e Regina P. Pinto (1992), o quanto é escasso o acervo nacional de pesquisas sobre as articulações entre educação e raça. "A área de educação e raça, estreitamente vinculada à anterior, da estratificação social, encontra-se na sua infância. Os poucos diagnósticos quantitativos sobre a situação educacional dos grupos de cor têm a companhia de outros poucos estudos qualitativos sobre racismo nos livros didáticos. O resto é uma incógnita. As análises baseadas em dados agregados de censos e PNADs têm dado prioridade ao trânsito de crianças no sistema elementar de ensino, caracterizado pelo seu afunilamento, engarrafamento e produção do fracasso escolar, que afetam em maior medida as crianças não brancas" (Hasenbalg, 1991, p. 268).

¹ No rol de nove propostas elaboradas pela Comissão encontra-se:

"3 - Estudos sobre as prioridades do ensino pré-escolar para as crianças pobres em geral"(apud Oliveira, 1992, p. 33).

² Referimo-nos, por exemplo, aos dois diagnósticos bastante completos sobre a rede de creches conveniadas de Belo Horizonte: o primeiro realizado pela AMEPPE (Dias e Faria Filho, 1990) e o segundo, pelo Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro e Prefeitura de Belo Horizonte (1993).

Assim, a ineficiência gritante do sistema de ensino de 1º grau tem acaparado a atenção de pesquisadores, que pouco se voltam para outros níveis escolares. Nesse contexto educacional, a temática da educação infantil, enquanto objeto de investigação, também encontra-se na sua infância, vivendo apenas nos últimos anos uma fase de "crescer e aparecer" (Campos e Haddad, 1992).

À constituição recente de ambos os campos de conhecimento pode-se acrescentar as prioridades de engajamento do movimento negro na área da educação, a nosso ver muito mais voltadas ao debate ideológico, pressupondo uma intervenção junto a educandos maiores. Com efeito, Rachel de Oliveira (1992, p. 32) destaca que as duas propostas consensuais do movimento negro para a educação nos anos 80 referiam-se à reavaliação do papel do negro na história do Brasil e à introdução da história da África no currículo escolar. Se a efetivação destas propostas em ações concretas dentro da escola de 1º grau evidenciam dificuldades imensas, como traduzi-las para crianças tendo 0 a 6 anos, iletradas, freqüentando instituições que ainda estão vivendo processo de constituição de sua própria identidade institucional?

Além desses entraves deve-se mencionar, também, insuficiência, por vezes mesmo inexistência, de base de dados nacionais confiáveis sobre a educação da criança de 0 a 6 anos de idade, tanto para o conjunto da população quanto desagregados por raça, questão discutida a seguir.

4.1. Estatísticas sobre educação infantil

Em trabalho anterior (Rosemberg, 1989) havíamos nos detido no exame minucioso dos desencontros e insuficiências das estatísticas disponíveis sobre educação infantil divulgadas pelo MEC e pelo IBGE, os dois órgãos nacionais que coletam e processam tais informações. No plano empírico, observamos que a educação infantil evidencia índices de cobertura mais elevados quando a fonte coletora é o IBGE, o que parece não ocorrer com o 1º grau, cuja cobertura mais completa tem sido feita pelo MEC, conforme observaram Gusso (1983), Barretto (1984) e Fletcher e Ribeiro (1988).

A explicação para esse desencontro, por vezes extremamente intenso³, pode ser encontrada, em parte, nas diferenças de conceituação de educação infantil ou pré-escola adotada por ambos os órgãos. O MEC coleta informações exclusivamente sobre pré-escolas regulamentadas, inscritas nas Secretarias de Educação, excluindo, pois, a extensa rede de creches e pré-escolas "clandestinas" espalhadas pelo país. Ora, como para a coleta do IBGE o informante é o usuário, que se utiliza também de estabelecimentos de educação infantil clandestinos (creches, hoteizinhos, prézinchos, classes de alfabetização, pré-escolas, etc), os índices de cobertura evidenciados por esta fonte são, evidentemente, superiores aos do MEC. Assim, através do usuário, o IBGE dispõe de informações não só sobre a cobertura da educação infantil regulamentada mas também daquela clandestina que se desenvolveu no país principalmente durante os anos 80, seja ela particular com fins lucrativos ou não, recebendo ou não apoio de verbas públicas através de convênios.

Apesar de a Constituição de 1988 ter legitimado a creche como uma instância da educação, portanto sob a responsabilidade da administração educacional, a prática está longe de incorporar tal diretriz: no território nacional existem creches que podem atender populações infantis de mesma faixa etária que as de pré-escola, durante uma jornada diária equivalente. Isto é, diferentemente da expectativa do senso comum, a denominação creche não é reservada apenas ao estabelecimento que atenderia bebês (até 3 anos de idade) e em tempo integral. Afora algumas exceções, a tendência nacional é que creches atendam preferencialmente crianças maiores (acima dos 4 anos) e em período parcial⁴.

A denominação creche persiste e, ao adotá-la, o estabelecimento pode esquivar-se das normas impostas pela administração educacional (Campos et al, 1993), em especial a qualificação do corpo docente (Rosemberg, 1994), na medida em que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - que deve regulamentar também as creches - ainda está em tramitação no Senado. Portanto, ao lado da rede clandestina de educação

³ Em 1986 as matrículas projetadas pelo SEEC-MEC relativas a crianças tendo 5 e 6 anos corresponderam a apenas 65% dos pré-escolares estimados pela coleta da PNAD 86 (Rosemberg, 1989 p. 43).

infantil, convive uma rede pública de creches que não dispõe de instâncias nacionais para controle de sua existência ou ação.

O sistema clandestino de educação infantil não se esgota, porém, nos equipamentos denominados creche. Apesar de pouco estudada e identificada sabe-se que, paralelamente à rede regulamentada, convive no país uma extensa rede de escolas ditas "alternativas", ou "populares", ou "comunitárias", ou "filantrópicas" que também oferecem educação infantil à margem do sistema oficial.

Cadastramento intensivo realizado na Região Metropolitana do Recife pelo Grupo Alternativas Educacionais (GRAL) do Centro de Cultura Luiz Freire (1993), entre 1991 e 1992, localizou 864 destas escolas, sendo que, aproximadamente 70%, não eram licenciadas, atendendo crianças de baixa renda, predominantemente em classes de pré-escola e de alfabetização, muitas delas constituindo-se em escolas que funcionam na residência das professoras⁵.

Uma outra anomalia na conceituação de educação infantil é introduzida pelas chamadas "classes de alfabetização". A classe de alfabetização parece se situar no limbo educacional como atesta a conceituação contida em manual do MEC:

"classe de alfabetização - conjunto de alunos que são reunidos em sala de aula para a aprendizagem da leitura e escrita, durante um semestre ou um ano letivo, que não sejam alunos da 1ª série do 1º grau".

"Atenção: este bloco se destina, exclusivamente, às informações referentes à classe de alfabetização. Os alunos informados aqui não podem ser contados novamente nem nos dados da Educação Pré-escolar nem nos do ensino de 1º grau. Obs: em algumas Unidades da Federação as Classes de

⁴ Vejam-se, por exemplo, os estudos sobre as creches conveniadas com a LBA (Lima, 1994) e o diagnóstico sobre as creches conveniadas com a Prefeitura de Belo Horizonte (IRHJP/PBH, 1993).

⁵ Do total de 45 mil crianças e adultos matriculados nessas escolas, 58,3% freqüentavam creches, pré-escolas ou classes de alfabetização (Centro Luiz Freire, 1993, p.27, tabela 04)

Alfabetização podem receber denominação diferente da que consta neste manual"⁶.

Para o IBGE, as classes de alfabetização são incluídas na rubrica geral de frequência à pré-escola⁷.

Além das questões acima mencionadas, a análise dos dados sobre frequência à pré-escola coletados pelo IBGE através das PNADs deve ser efetuada com cautela em decorrência da alteração dos procedimentos de tabulação introduzidos a partir de 1987. Até aquele ano, na tabela 2.3 sobre "Estudantes de 5 anos ou mais, por sexo e por situação do domicílio, segundo o grau e a série que freqüentam", a PNAD computava na pré-escola exclusivamente crianças tendo 5 e 6 anos de idade, excluindo daí, portanto, aquelas tendo 7 anos e mais⁸. A partir da PNAD 87 esta restrição foi abolida computando-se, portanto, todas as crianças a partir dos 5 anos que freqüentam estabelecimentos pré-escolares⁹.

A série histórica transcrita na Tabela 1, constituída a partir de dados publicados pelas PNADs, pode induzir em erro o leitor menos avisado. Com efeito, entre 1986 e 1987 observa-se um aumento de 48,2% entre os estudantes na pré-escola, aumento este que não é decorrente da expansão das matrículas, mas da inclusão, no processamento efetuado pelo IBGE, das crianças tendo 7 anos e mais.

**TABELA 1 - ED
ESTUDANTES NA PRÉ-ESCOLA
BRASIL 1979-1987**

1979	1.073.755
1980	893.256
1981	1.083.081

⁶ "Manual de Instrução do Questionário do levantamento anual sobre educação pré-escolar e/ou ensino regular de 1º grau (escolas de duas ou mais salas de aula) e ensino regular de 2º grau", Ministério da Educação/Secretaria Geral/Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 1989, bloco5 - Dados da classe de alfabetização.

⁷ Frequência à escola (...) d) cursos pré-escolares destinados à formação de crianças de idade inferior a 7 anos e ministrados em escolas maternas, jardins de infância, classes de alfabetização (CA) ou instituições congêneres" FIBGE, 1986, volume 2, p.42).

⁸ Foi somente a partir de 1979 que a PNAD passou a coletar informações sobre estudantes na pré-escola.

⁹ Esta informação não foi divulgada em publicações do IBGE mas nos foi confirmada por Nota Técnica.

1982	1.756.117
1983	1.778.154
1984	2.090.388
1985	2.389.262
1986	2.651.179
1987	3.930.579

Fonte: PNADs apud Rosemberg 1989,
p.43 e PNAD 87.

A possibilidade de captar o expressivo número de crianças tendo 7 anos e mais na pré-escola (Rosemberg, 1991) abre uma nova perspectiva de avaliação do atendimento pré-escolar no Brasil, bem como das desigualdades raciais no âmbito da educação. Com efeito, que sentido atribuir à política de educação infantil nacional que permite acolher crianças em idade constitucionalmente prescrita para freqüentar o 1º grau? Quem são as crianças tendo 7 anos e mais que freqüentam a pré-escola? Como já havíamos anunciado em estudo preliminar, são principalmente crianças negras residentes no nordeste (Rosemberg, 1991).

Complementarmente, é necessário destacar que, se existem crianças fora da idade na pré-escola, também encontramos crianças de 5 e 6 anos freqüentando o 1º grau (Rosemberg, 1989). Quem são elas? Por que ocorreria esta antecipação da escolaridade? São questões que também devem ser colocadas para entendermos os caminhos da educação no país.

As questões até aqui discutidas no plano dos procedimentos de análise se refletem, ou têm repercussões, nos poucos estudos que tratam da educação de crianças pequenas sob a ótica do seu pertencimento racial, objetivo do próximo tópico.

4.2. Estudos sobre educação infantil e raça

Como informamos anteriormente, apenas três pesquisas recentes tratam diretamente da composição racial das crianças usuárias de creches e pré-escolas: a análise dos dados do Suplemento Menor coletados pela PNAD 85 realizada por Deborah Levison (1989); o artigo de Fúlvia Rosemberg sobre educação inicial (1991); a pesquisa de

Eliana de Oliveira (1994) que efetua uma estimativa da composição racial das crianças freqüentando as creches diretas municipais de São Paulo.

Deborah Levison (1989), no contexto do exaustivo estudo **Child Care in Metropolitan Brazil**, evidencia, entre outros aspectos, o impacto da raça na freqüência a creches e pré-escolas nas regiões metropolitanas. A base empírica para seu estudo foi uma sub-amostra de 23.739 domicílios nos quais residiam pelo menos uma criança entre 0 e 6 anos, correspondendo a um conjunto amostral de 37.803 crianças nessa faixa etária, dados coletados pelo IBGE para o suplemento menor da PNAD 85. Como se sabe, o Suplemento Menor da PNAD 85 incluiu oito perguntas relativas à freqüência à creche e pré-escola.

Apesar de não proceder à desagregação por raça dos dados organizados em todas as 100 tabelas incluídas no estudo, Levison (1989) aponta algumas tendências extremamente interessantes, destacadas a seguir. Em primeiro lugar (e isto já havia sido observado por Campos et al, 1993 com base nos mesmos dados), diferentemente do que ocorre em outros níveis escolares, a freqüência a creches/pré-escolas é superior nas regiões metropolitanas do Norte/Nordeste (26%) do que nas do Sul/Sudeste (23%), isto é, em regiões onde o contingente de negros (pretos e pardos) é superior ao de brancos. Além disso, apesar de a freqüência à creche/pré-escola "aumentar monotonamente à medida que aumenta o rendimento domiciliar per capita" (Levison, 1989, p.5), esta tendência é influenciada pelo pertencimento racial da criança: "em todas as áreas, uma maior porcentagem de brancos que de pretos e pardos freqüenta creches/pré-escolas. Isto ocorre para crianças vivendo tanto em domicílios chefiados por homens quanto por mulheres mas não para crianças na mesma categoria de rendimentos familiar per capita, quando se observa que apenas no grupo de maiores rendimentos as crianças brancas freqüentam creches e pré-escolas em maior proporção que as pretas e pardas" (Levison, 1989, p.5).

Ou seja, diferentemente do que parece ocorrer em outros níveis educacionais (Rosemberg et al, 1986; Hasenbalg e Silva, 1990; Barcelos, 1993), a oferta de educação infantil tende a ser mais intensa em regiões mais pobres, onde predomina a

população negra, e em cujos estabelecimentos há um maior contingente de negros pobres do que brancos com o mesmo nível de rendimentos.

Como enfatizamos em artigo anterior, uma explicação para esta tendência pode ser buscada na qualidade da oferta de educação infantil (Rosemberg, 1991), que se expandiu intensamente no país durante os anos 80 através dos programas de massa¹⁰.

"Estes programas - que foram e estão sendo implantados no território nacional com o apoio e legitimação de organismos internacionais e intergovernamentais - estão se expandindo graças à redução de custos com diminuição de qualidade. Usam-se espaços improvisados, empregam-se pessoas despreparadas para justificar baixos salários, sonega-se material pedagógico e faz-se economia através do número excessivo de crianças sob a responsabilidade de um adulto educador" (Rosemberg, 1991, p.32). E estes programas a baixo custo, como assinalamos no artigo referido, não são usados exclusivamente por crianças de até 6 anos de idade, mas também por crianças maiores, como alternativa substituta ou complementar à escola de 1º grau.

Com efeito, foi nesse artigo publicado em 1991 que denunciemos, pela primeira vez, com base nos dados da PNAD 87, o número significativo de crianças com 7 anos ou mais freqüentando a pré-escola, em especial aquelas residentes na região Nordeste e, dentre estas, em especial as crianças negras (Rosemberg, 1991, p.33).

Também nesse artigo, reanalisando os dados compilados por Levison (1989) do Suplemento Menor da PNAD 85, sugerimos que as alternativas de creches/pré-escolas onde encontramos proporcionalmente o maior número de crianças pobres são aquelas onde encontramos, também, o maior número de crianças negras (Rosemberg, 1991, p.30). "Cria-se, assim, desde a creche, uma trajetória educacional dualista onde crianças negras iniciam uma história de experiências educacionais frustrantes e de segunda mão" (Rosemberg, 1991, p.32).

¹⁰ Projeto Casulo da LBA, por exemplo; Programa Municipal de Educação Infantil do MEC; Pré-escola implantada pelo Mobral e depois pela Fundação Educar, além das inúmeras redes locais, públicas ou conveniadas).

Ou seja, a expansão caótica e o baixo custo da educação infantil no Brasil durante os anos 80 cristalizou tendência histórica da convivência de trajetórias duplas para o atendimento de crianças pequenas: uma, mais freqüentemente denominada creche, geralmente vinculada às instâncias da assistência, localizadas nas regiões mais pobres das cidades¹¹, oferecendo um atendimento de pior qualidade (a educação destinada aos pobres), sendo freqüentada principalmente por crianças pobres e negras; a outra, mais freqüentemente denominada pré-escola (ou escolas de educação infantil), vinculada às instâncias da educação e que, mesmo apresentando por vezes padrão de qualidade insatisfatório, por sua localização geográfica, tende a acolher uma população infantil mais heterogênea no plano econômico e racial.

Esta predominância de crianças negras nos equipamentos de creche foi evidenciada na recente pesquisa de Eliana de Oliveira (1994), já citada na introdução deste trabalho. Com base em procedimentos bastante inovadores¹², Oliveira (1994), ao estimar a composição racial da clientela das creches diretas de São Paulo, aí encontrou uma proporção superior de crianças negras àquela observada entre os residentes no Município. Assim, com base numa amostra de 17 creches diretas (para um número de mais de 300 estabelecimentos), Oliveira (1994) aí encontrou 45,8% de crianças negras, sendo que os negros representam aproximadamente 25% da população paulistana.

Em resumo: os três estudos mencionados sugerem que, dadas as características específicas da expansão da educação infantil no país, a discriminação racial não se evidencia através do impedimento de acesso de crianças negras ao sistema mas pela baixa qualidade do serviço que lhes é ofertado.

Os dados sugerem, também, a necessidade de se reverem conclusões a respeito da escolaridade de crianças negras quando a análise focaliza exclusivamente o 1º grau. Isto é, as poucas pesquisas brasileiras que trataram, em plano macro, das oportunidades educacionais para brancos e negros, observam que crianças negras tenderiam a entrar

¹¹ Análise recente da localização das creches conveniadas com a Prefeitura de Belo Horizonte evidencia sua presença especialmente em áreas de favela e invasão (Vieira, 1994, comunicação pessoal).

mais tardiamente no sistema educacional (Rosemberg et al, 1986; Hasenbalg e Silva, 1990; Barcelos, 1993). Como sugerimos anteriormente, e veremos em maior profundidade, a seguir, um número expressivo de crianças negras de 7, 8 e mesmo 9 anos que, aparentemente estariam fora do sistema educacional, na verdade estão freqüentando escola, não a de 1º grau como deveriam, mas a creche ou a pré-escola.

Pelas razões expostas, as tabulações especiais solicitadas ao IBGE relativas ao tópico educação referem-se à faixa etária compreendida entre 5 e 9 anos. O limite inferior é aquele imposto pela própria PNAD que, a não ser em situações excepcionais, coletou informações sobre a educação de crianças menores de 5 anos¹³. O limite superior decorre do expressivo número de crianças tendo entre 7 e 9 anos que freqüentam a pré-escola.

Pelas mesmas razões, foram também solicitadas informações sobre a freqüência à pré-escola e ao 1º grau, tentando captar diferenciais raciais tanto no postergamento quanto na antecipação da escolaridade de 1º grau.

4.3. Resultados

Como nos demais tópicos, a organização, análise e interpretação dos dados seguiram três planos complementares: 1) evidenciar a existência, ou não, de um diferencial racial através do controle das demais variáveis sócioeconômicas (rendimento, região fisiográfica e zona de residência); 2) evidenciar convergências e divergências no perfil educacional de pretos e pardos; 3) evidenciar implicações para políticas públicas assinalando o contingente de negros e brancos nas situações examinadas.

A apresentação e discussão dos dados efetuadas a seguir devem ser consideradas como preliminares. Diferentemente dos outros tópicos, as tabulações especiais sobre

¹² Apenas para lembrar, os procedimentos consistiram na classificação da cor das crianças usuárias de creche (branca, preta, parda e amarela) efetuada por funcionários(as) de creche mediante a apresentação de fotografias.

¹³ Estas situações excepcionais ocorreram na PNAD 82, no Suplemento Educação e na PNAD 85 - Suplemento Menor.

educação evidenciam dados bastantes ambíguos que, para serem plenamente compreendidos, necessitam de processamentos mais detalhados.

Quando se considera o país como um todo (Tabela 2) os dados evidenciam a tendência esperada, isto é, que uma porcentagem maior de crianças negras do que brancas tendo entre 5 e 9 anos, estão fora da escola: 26,4% das brancas e 36,2% das negras. Porém, quando analisamos os dados desagregados por faixa etária, grau escolar (pré ou 1º grau), nível de rendimento domiciliar per capita, nos deparamos com uma configuração mais complexa (Tabelas 3, 4).

Para ambos os segmentos raciais, observa-se uma associação positiva entre nível de rendimento familiar per capita e freqüência à escola. Assim, as Tabelas 3 e 4 informam que as maiores porcentagens de crianças fora da escola, entre brancos e negros, se encontram entre aquelas de menor rendimento familiar per capita.

Porém, quando se analisa a freqüência à escola por região (Tabelas 5 e 6), a mesma lógica não parece mais válida para o grupo de crianças tendo entre 5 e 6 anos. Assim, a Tabela 5 evidencia uma proporção quase semelhante de crianças fora da escola no Nordeste e no Sudeste (51,5% e 50,5% respectivamente). Além disso, quando fixamos a atenção no grupo de 7 a 9 anos (Tabela 6), observa-se uma nítida distinção entre o Sudeste, onde apenas 9,8% das crianças estão fora da escola e o Nordeste cuja porcentagem de crianças fora da escola sobe para 23,9%.

Como existe uma associação considerável entre idade e grau escolar (as crianças de 5 e 6 anos tendem a freqüentar a pré-escola e as de 7 a 9, o 1º grau) torna-se, pois necessário qualificar em que grau escolar encontram-se essas crianças.

Dentre as crianças que freqüentam a escola (Tabela 7), observa-se que quanto maior o nível de rendimento maior a "adequação" entre o grau e a idade. Isto é, quanto melhor o nível de rendimento familiar, tanto maior a porcentagem de crianças entre 5 e 6 anos na pré-escola e tanto maior as de 7 a 9 anos no 1º grau. Ou seja, crianças de níveis inferiores de rendimento, tenderão a freqüentar um grau escolar não esperado para a idade. E isto é curioso pois não se observa apenas que crianças de 7 a 9 freqüentem

indevidamente a pré-escola, mas também que crianças de 5 e 6 freqüentem, antes da hora, o 1º grau.

Quando se comparam os segmentos raciais entre si, observa-se que brancos e negros não se comportam da mesma forma. Para a faixa etária dos 5-6 anos, a inadequação maior é para os brancos em níveis de rendimento inferior; para a faixa etária dos 7 aos 9 anos observa-se inadequação mais intensa entre os estratos de rendimento inferior do segmento racial negro. Ou seja, crianças pobres brancas de 5 e 6 anos seriam enviadas mais precocemente para o 1º grau; crianças pobres negras de 7-9 anos seriam mais freqüentemente retidas na pré-escola.

Para entender esta inadequação no seu conjunto necessitamos de uma análise mais aprofundada das diferenças por zona de residência (rural e urbana) e por região, desagregando, de forma mais pormenorizada, as idades dentro das faixas etárias, o que pretendemos realizar na continuidade deste trabalho. Neste momento evidenciamos a distorção grau/idade através das médias de idade das crianças que freqüentam a pré-escola (Tabelas 8 e 9). Observa-se, pela Tabela 8, uma média de idade mais alta para: crianças residentes em zona rural em comparação com a zona

urbana (6;7 contra 5;11)¹⁴; crianças provenientes de famílias com níveis de rendimento inferior (6;7 para menos de 1/4 SM e 5;8 para mais de 3 SM de renda mensal familiar per capita); crianças negras em relação às brancas (6;4 e 5;11). As diferenças também são evidentes de região para região (Tabela 9). As crianças que vivem no Nordeste tem 6;5 em média e, no Centro-Oeste, 5;8.

A associação entre raça, rendimento e zona de residência (Tabela 8) faz com que as crianças negras, de menor rendimento e vivendo em zona rural evidenciem médias etárias mais altas (6;11) e que as crianças brancas residindo em zona urbana em domicílios contando com os maiores rendimentos evidenciam as menores médias (5;7). Portanto, entre um segmento e outro ocorre uma defasagem de idade de 1 ano e 4

¹⁴ Usamos a convenção introduzida por Piaget para designar a idade em anos e meses: anos; meses. Assim 6;11 significa uma média de 6 anos e 11 meses.

meses, ou seja, as crianças negras freqüentando a pré-escola são nitidamente mais velhas que as crianças brancas. Isto se deve ao expressivo número de crianças negras acima dos 7 anos que freqüentam a pré-escola.

Quando se analisa a adequação grau/idade por região fisiográfica (Tabela 10) observa-se a inadequação do planejamento de políticas educacionais: no Nordeste, um percentual significativo de crianças brancas e negras tendo 5 e 6 anos encontra-se no 1º grau (15% aproximadamente) e simultaneamente ao fato que um percentual ainda maior de crianças de 7 a 9 anos (23% aproximadamente) se encontra na pré-escola, principalmente crianças negras.

A busca de entendimento para esta constatação deve levar em conta pelo menos três ordens de razões: a desqualificação da pré-escola para pobres; a super-qualificação das pré-escolas particulares para os estratos médios da população; o significado atribuído à pré-escola e à escola pela população.

Quanto à desqualificação da pré-escola para pobres, já levantamos, neste texto, alguns aspectos importantes: pela falta de regulamentação e fiscalização das creches e pré-escolas e pelo barateamento dos custos, é possível que a pré-escola esteja cobrindo necessidades de vagas em 1º grau. Pode-se também, supor que crianças pobres e negras sejam encaminhadas, pelas instâncias escolares locais, às vagas disponíveis (ou seja, às sobras).

A adoção difundida do chamado "vestibulinho" para entrar em escolas de 1º grau de boa qualidade, possivelmente associada à pressão de pais, tem provocado uma antecipação da alfabetização que, ao invés de ocorrer no 1º grau, vem ocorrendo na pré-escola. Desse modo, para freqüentar as melhores escolas é necessário que crianças de classe média permaneçam no pré para aumentarem suas chances no "vestibulinho"¹⁵.

¹⁵ Agradecemos à Maria Malta Campos a discussão destes dados e a sugestão desta explicação.

É possível, também, que estejam convivendo no país diferentes modelos ou ideais de educação para esta faixa etária. O preconceito racial e social pode induzir o encaminhamento de crianças negras e pobres de 7 a 9 anos para as classes de alfabetização, apostando-se, de antemão, nas dificuldades que supostamente teriam no 1º grau. É possível que certos pais de classe média optem para que seus filhos permaneçam na pré-escola para prolongar a fase da vida de "brincadeiras", usufruir uma educação menos escolarizada, em consonância com aspirações de pais do 1º mundo (Tobin et al, 1989).

Isto é, estamos querendo evidenciar que, diante de uma mesma observação empírica, as determinações podem ser diversas.

De qualquer forma, as constatações são instigantes apelando não só por uma reflexão mais aprofundada como também por estudos de natureza qualitativa.

No plano do planejamento das políticas educacionais a sugestão mais forte é a de "arrumação da casa": parece-nos inadequado propor-se ampliação de vagas na pré-escola quando aí encontramos número tão significativo de crianças tendo entre 7 e 9 anos.

TABELA 2 - ED
DISTRIBUIÇÃO DE CRIANÇAS DE 5 A 9 ANOS, CONDIÇÃO DE FREQUÊNCIA
À ESCOLA, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E RAÇA - BRASIL*, 1987

	5 e 6			7 a 9			TOTAL		
	B	N	T	B	N	T	B	N	T
Não Freqüenta	49,3	57,5	53,2	10,1	21,5	15,5	26,4	36,2	31,1
Pré-escola	43,9	35,9	40,0	6,9	12,8	9,9	22,3	22,3	22,3
1º Grau	6,8	6,5	6,6	83,1	65,6	74,6	51,3	41,5	46,6

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 3 - ED
DISTRIBUIÇÃO DE CRIANÇAS DE 5 E 6 ANOS, POR CONDIÇÃO DE FREQUÊNCIA
À ESCOLA, SEGUNDO RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA
E RAÇA - BRASIL*, 1987

RENDA MENSAL FAMILIAR PER CAPITA	NÃO FREQUENTA			FREQUENTA					
				PRÉ-ESCOLA			1º GRAU		
	B	N	T	B	N	T	B	N	T
0 - ¼	70,6	69,2	69,5	22,5	25,4	24,4	7,0	5,4	5,9
¼ - ½	63,3	61,2	62,2	29,9	32,4	31,1	6,8	6,3	6,4
½ - 1	54,2	52,2	53,3	40,0	40,2	40,1	5,8	7,5	6,6
1 - 2	44,0	41,1	43,0	48,8	51,4	49,5	7,2	7,6	7,3
2 - 3	31,3	29,3	31,0	62,2	65,6	62,6	6,5	4,3	6,0
+ 3	18,1	17,8	19,8	73,9	71,1	72,0	8,0	10,1	8,1
S. R.	60,1	63,1	62,1	34,0	30,3	31,7	5,9	6,6	6,2
TOTAL	49,3	57,5	53,2	43,9	35,9	40,0	6,8	6,5	6,6

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 4 - ED
DISTRIBUIÇÃO DE CRIANÇAS DE 7 A 9 ANOS, POR CONDIÇÃO DE FREQUÊNCIA
À ESCOLA, SEGUNDO RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR
PER CAPITA E RAÇA - BRASIL*, 1987

RENDA MENSAL FAMILIAR	NÃO FREQUENTA			FREQUENTA					
				PRÉ-ESCOLA			1º GRAU		
	B	N	T	B	N	T	B	N	T

PER CAPITA	B	N	T	B	N	T	B	N	T
0 - ¼	23,7	31,4	29,0	11,3	17,1	15,4	65,0	51,4	55,5
¼ - ½	17,6	22,6	20,5	7,1	13,7	11,2	75,2	63,7	68,3
½ - 1	8,8	15,1	11,6	6,6	9,0	7,7	84,6	75,8	80,7
1 - 2	4,4	7,5	5,4	4,8	8,4	6,3	90,8	84,1	88,3
2 - 3	1,8	4,8	2,5	6,6	9,4	7,5	91,5	85,8	90,0
+ 3	1,0	2,4	1,2	5,4	8,5	6,2	93,6	89,2	92,6
S. R.	18,0	32,2	24,9	8,2	6,6	7,4	73,7	61,2	67,6
TOTAL	10,1	21,5	15,5	6,9	12,8	9,9	83,1	65,6	74,6

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 5 - ED
DISTRIBUIÇÃO DE CRIANÇAS DE 5 E 6 ANOS, POR CONDIÇÃO DE FREQUÊNCIA
À ESCOLA, SEGUNDO REGIÃO E RAÇA. 1987

REGIÕES	NÃO FREQUENTA			FREQUENTA					
	B	N	T	PRÉ-ESCOLA			1º GRAU		
				B	N	T	B	N	T
N*	38,9	49,9	47,0	55,9	42,9	46,2	5,2	7,2	6,7
NE	43,2	55,3	51,5	48,1	37,8	40,9	8,7	6,8	7,3
CO	48,2	63,0	56,1	41,4	27,6	34,0	10,4	9,4	9,8
SE	45,8	58,2	50,5	49,0	36,7	44,3	5,3	5,0	5,1
S	63,8	72,0	65,2	28,6	20,1	27,1	7,6	7,1	7,5
Brasil*	49,3	57,5	53,2	43,9	35,9	40,0	6,8	6,5	6,6

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 6 - ED
DISTRIBUIÇÃO DE CRIANÇAS DE 7 A 9 ANOS, POR CONDIÇÃO DE FREQUÊNCIA
À ESCOLA, SEGUNDO REGIÃO E RAÇA. 1987

REGIÕES	NÃO FREQUENTA			FREQUENTA					
				PRÉ-ESCOLA			1º GRAU		

	B	N	T	B	N	T	B	N	T
N*	11,2	14,3	13,4	8,4	10,8	10,3	80,4	74,9	76,3
NE	18,3	26,2	23,9	14,0	19,1	17,7	67,6	54,7	58,3
CO	12,7	21,1	17,1	3,4	3,1	3,2	83,9	75,9	79,7
SE	7,0	14,9	9,8	6,4	7,8	7,2	86,6	77,3	83,0
S	9,0	24,1	11,8	2,7	1,5	2,6	88,2	74,5	85,6
Brasil*	10,1	21,5	15,5	6,9	12,8	9,9	83,1	65,6	74,6

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 7 - ED
DISTRIBUIÇÃO DE CRIANÇAS DE 5 A 9 ANOS QUE FREQUENTAM A ESCOLA
(PRÉ-ESCOLA E 1º GRAU) POR TIPO DE ESCOLA, SEGUNDO RENDIMENTO MENSAL
FAMILIAR PER CAPITA E RAÇA - BRASIL*, 1987

RENDA MENSAL FAMILIAR PER CAPITA	5 E 6 ANOS						7 A 9 ANOS					
	PRÉ-ESCOLA			1º GRAU			PRÉ-ESCOLA			1º GRAU		
	B	N	T	B	N	T	B	N	T	B	N	T
Até ¼	76,3	82,5	80,5	23,7	17,5	19,5	14,8	25,0	21,7	85,2	75,0	78,3
¼ a ½	81,5	83,7	82,9	18,5	16,3	17,1	8,6	17,7	14,1	91,4	82,3	85,9
½ a 1	87,3	84,3	85,9	12,7	15,7	14,1	7,2	10,6	8,7	92,8	89,4	91,3
1 a 2	87,1	87,1	87,1	12,9	12,9	12,9	5,0	9,1	6,7	95,0	90,9	93,3
2 a 3	90,5	93,8	91,3	9,5	6,2	8,7	6,7	9,9	7,7	93,3	90,1	92,3
+ 3 S.M.	90,2	87,6	89,9	9,8	12,4	10,1	5,5	8,7	6,3	94,5	91,3	93,7
S.R.	85,2	82,1	83,6	14,8	17,9	16,4	10,0	9,7	9,9	90,0	90,3	90,1
TOTAL	86,6	84,7	85,8	13,4	15,3	14,2	7,7	16,3	11,7	92,3	83,7	88,3

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 8 - ED
MÉDIA DE IDADE DE CRIANÇAS DE 5 A 9 ANOS QUE FREQUÊNTAM A PRÉ-ESCOLA, SEGUNDO SITUAÇÃO
DO DOMICÍLIO, RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA E RAÇA/COR - BRASIL*, 1987
(em número de anos e meses)

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E RENDA MENSAL FAMILIAR PER CAPITA	FREQUÊNTA PRÉ - ESCOLA									
	TOTAL		BRANCA		NEGRA		PRETA		PARDA	
	a	m	a	m	a	m	a	m	a	m
TOTAL	6	1	5	11	6	4	6	2	6	4
0 -1 1/4SM	6	7	6	6	6	8	6	7	6	8
1/4 -1 1/2	6	2	6	0	6	4	6	2	6	5
1/2 -1 1	6	0	5	11	6	0	6	0	6	0
1 -1 2	5	10	5	10	5	11	6	0	5	11
2 -1 3	5	10	5	8	5	10	6	0	5	10
+ 3 SM	5	8	5	8	5	8	5	10	5	8
S.R.	5	11	6	0	5	10	5	11	5	10
URBANO	5	11	5	10	6	1	6	0	6	1
0 -1 1/4SM	6	4	6	1	6	5	6	4	6	5
1/4 -1 1/2	6	1	5	11	6	2	6	1	6	2
1/2 -1 1	5	11	5	11	6	0	5	11	6	0
1 -1 2	5	10	5	10	5	10	6	0	5	10
2 -1 3	5	10	5	8	5	10	6	0	5	10
+ 3 SM	5	8	5	7	5	8	5	10	5	8
S.R.	6	0	6	0	5	11	5	11	5	10
RURAL	6	7	6	4	6	8	6	8	6	8
0 -1 1/4SM	6	11	6	10	6	11	6	11	6	11
1/4 -1 1/2	6	6	6	1	6	8	6	7	6	8
1/2 -1 1	6	2	6	1	6	2	6	2	6	2
1 -1 2	6	0	5	11	6	1	6	0	6	1
2 -1 3	6	2	6	4	6	1			6	1
+ 3 SM	5	8	5	10	5	5			5	5
S.R.	5	8	5	10	5	7			5	7

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 9 - ED
MÉDIA DE IDADE DAS CRIANÇAS DE 5 A 9 ANOS QUE FREQUËNTAM A
PRÉ-ESCOLA, SEGUNDO REGIÃO E RAÇA/COR. 1987

REGIÕES	B	N	PR	PA	T
N*	5;10	6;0	5;10	6;0	5;11
NE	6;1	6;6	6;6	6;6	6;5
CO	5;8	5;10	6;4	5;10	5;8
SE	5;10	6;0	6;0	6;0	5;11
S	5;10	5;8	5;8	5;10	5;10
Brasil*	5;11	6;4	6;2	6;4	6;1

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 10 - ED
PORCENTAGEM DE CRIANÇAS DE 5 A 9 ANOS QUE FREQUËNTAM
O GRAU ADEQUADO PARA A IDADE, SEGUNDO REGIÃO,
FAIXA ETÁRIA E RAÇA. 1987

REGIÕES	5 E 6 ANOS (PRÉ)			7 A 9 ANOS (1º GRAU)		
	B	N	T	B	N	T
N*	91,5	85,6	87,3	90,5	87,4	88,1
NE	84,7	84,8	84,9	82,8	74,1	76,7
CO	79,9	74,6	77,6	96,1	96,1	96,1
SE	90,2	88,0	89,7	93,1	90,8	92,0
S	79,0	73,0	78,3	97,0	98,0	97,1
Brasil	86,6	84,7	85,8	92,3	83,7	88,3

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

* Excluída a zona rural da região Norte.

5. SANEAMENTO BÁSICO

Neste capítulo, apresentamos e discutimos dados relativos às condições de saneamento básico (fornecimento de água e esgotamento sanitário) dos domicílios em que vivem crianças negras e brancas, a partir de tabulações especiais da PNAD 87.

Os resultados serão apresentados em torno de dois eixos: condições de saneamento em que vivem crianças brancas e negras (pretas e pardas), com menos de 7 anos de idade; condições de saneamento em domicílios chefiados por brancos e negros (pretos e pardos). Estes eixos foram escolhidos não apenas por facilitarem a análise nesta fase inicial de trabalhos sobre o tema, mas também pelos significados que se podem atribuir ao saneamento na compreensão das desigualdades raciais no Brasil¹.

Na análise da adequação sanitária das residências de crianças com menos de 7 anos de idade, o saneamento básico pode ser focalizado enquanto uma das variáveis explicativas das diferenças nos índices de mortalidade infantil entre os segmentos raciais, como Estela Tamburo tem assinalado (Tamburo, 1987, 1991). Nas análises das condições dos domicílios chefiados por brancos, pretos e pardos, o saneamento básico pode vir a ser interpretado como um dos indicadores de segregação residencial dos segmentos raciais.

Antes, porém, de apresentarmos e discutirmos os dados, discorreremos muito brevemente sobre a política de saneamento básico no Brasil nas últimas duas décadas, a fim de compreendermos alguns dos componentes básicos de sua configuração atual e que se reflete nos dados analisados.

5. 1. Políticas de Saneamento Básico

As características atuais do saneamento básico no país refletem, em grande parte, decisões políticas e administrativas implantadas pelo governo militar (Jorge, 1987;

¹ Não encontramos na literatura brasileira nenhum estudo que associasse o pertencimento racial às condições de saneamento básico do domicílio, daí considerarmos que nos encontramos em "fase inicial de trabalho".

Jacobi, 1989). Até 1970, os serviços de fornecimento de água e de esgotamento sanitário eram parcamente oferecidos à população pelas administrações municipais que cobravam tarifas abaixo do custo real².

O PLANASA-Plano Nacional de Saneamento, elaborado em 1971, alterou profundamente estas condições. Visando a extensão da cobertura, o PLANASA apoiou-se nos dois princípios gerais que marcaram as políticas sociais do período: a centralização das decisões e a auto sustentação financeira do serviço público (Jacobi, 1989, p. 23).

De acordo com a argumentação do governo federal na época, a retirada da atribuição municipal na construção e no abastecimento de redes de água e de esgoto dificultaria a pressão local contrária a uma tarifação realista, condição indispensável para a auto sustentação do serviço. Foram, então, criadas Companhias Estaduais de Saneamento (CES) que atuaram em acordo com o princípio estabelecido pelo PLANASA: auto-sustentação na tarifação, minimizando a aplicação de recursos a fundo-perdido por parte do poder público (Jacobi, 1989, p. 26).

Os investimentos e a expansão das redes de água e esgoto que se observaram no país no período 70-84, refletiram de um modo quase constante, esta lógica da racionalidade empresarial, apenas mitigada em momentos eleitorais, quando o saneamento básico, como outras benfeitorias de infra-estrutura, foram usados para seduzir eleitores e eleitoras³.

Assim, o PLANASA atribuiu prioridade ao abastecimento de água, em detrimento do esgotamento sanitário, pelo fato de os investimentos per capita nesta área representarem a metade dos necessários aos sistemas de esgoto sanitário, privilegiando aqueles projetos que aportassem maiores recursos a curto prazo (Jacobi, 1989).

² Em 1970, apenas 64% da população era atendida por rede pública de abastecimento de água e apenas 21% das populações urbanas residiam em moradias com coleta de esgoto.

³ Tentando captar o impacto da crise de 82 nos investimentos federais em saneamento básico, Farret (1988, p. 227) evidencia uma "protelação dos cortes nos investimentos na área, devido às eleições estaduais e municipais de 1982 (e, também, com vistas às nacionais de 1984 e 1985), eventos que, historicamente, estão atrelados a programas na área do desenvolvimento urbano".

“Considerando-se o período de 1968 a 1984, os investimentos em sistemas de abastecimento de água significaram uma média global de 72% dos investimentos globais do PLANASA, no período” (Jorge, 1987, p. 177). O investimento se refletiu diretamente na cobertura do atendimento: 76,2% dos moradores em domicílios permanentes eram servidos por sistema de água ligado à rede geral e apenas 39,0% pela rede geral de esgoto, em 1984 (Fonte: PNAD 84, apud Farret, 1988, p. 231).

A racionalidade empresarial também determinou que o PLANASA investisse preferencialmente na região Sudeste⁴, em especial no Estado de São Paulo, que receberam a fatia do leão (Quadro 1). Em decorrência, as populações residentes no Sudeste e no Estado de São Paulo são as que dispõem de melhores condições de saneamento básico (Tabelas 1 e 2).

Finalmente, como se trata de recursos escassos e que são investidos dentro do jogo de mercado, tem-se observado uma forte relação positiva entre nível de renda e acesso ao saneamento (Farret, 1988, p. 222). Esta desigualdade social não constitui apenas mais uma das conseqüências da lógica perversa de o investimento público brasileiro ser tanto menor quanto mais pobre for a população, mas também do impacto no valor do solo urbano decorrente do fornecimento de infra-estrutura urbana que gera, por sua vez, um empurramento das populações pobres para solos urbanos mais baratos⁵. Vetter e Simões (1980), ao analisarem este processo, falam em "segregação residencial segundo grupos de rendimento familiar". Neste capítulo, apoiadas em um modelo interpretativo equivalente, falaremos em "segregação residencial (ou espacial) segundo os segmentos raciais". É importante salientar, porém, que estamos falando em segregação residencial ou espacial no contexto brasileiro, portanto, numa acepção diferente da utilizada para expressar a segregação racial residencial tal como ocorre em países que conhecem/conheceram a experiência de guetos raciais ou do **apartheid**. Como nos alerta Telles (1991, p. 343), os padrões brasileiros de segregação residencial

⁴ No período de 69-84 o PLANASA investiu 60,9% de seus recursos na Região Sudeste. O Estado de São Paulo recebeu 42,6% dos recursos, seguido de longe de Minas Gerais (10%) e Bahia (9,5%). Considerando-se exclusivamente o investimento em esgoto observa-se o privilegiamento do Sudeste e do Estado de São Paulo, que receberam, respectivamente, 75,6% e 63,7% dos recursos.

devem ser entendidos tendo-se em mente as seguintes características: “a desvantagem territorial dos não brancos, num país de desenvolvimento muito desigual; um continuum de cor, ao invés de uma linha divisória de cor; a não utilização do sistema legal nas questões raciais; a ideologia racial dominante; e a relativa ausência de instituições paralelas para os negros”.

5.2. Conceitos e Variáveis

Conceitos. No estudo sobre acesso ao saneamento básico e mortalidade, Vetter e Simões (1980) assinalaram que "existe sempre um grau relativamente alto de arbitrariedade na definição operacional de 'adequação' das instalações de água e esgoto quando nos servimos dos conceitos de um censo" (p. 8). Com efeito, a adequação depende de um conjunto de fatores, tais como a densidade populacional, as características do solo, e as qualidades do sistema. "Por exemplo, uma fossa séptica poderia ser uma instalação adequada de esgoto, se a densidade populacional permitisse uma separação entre ela e um poço razoavelmente profundo (...) e quando as condições de solo permitissem ser absorvido o esgoto do domicílio" (Vetter e Simões, 1980, p. 8). Esta interdependência entre tipo de fornecimento de água e esgotamento sanitário tem sido assinalada por especialistas (Jorge, 1987) como uma das inadequações da política implantada pelo PLANASA: o aumento do consumo de água sem um investimento equivalente na rede de esgotos tende a agravar as condições de saneamento.

Tendo em vista este fato, Vetter e Simões conceituam adequação de saneamento do domicílio através da combinação entre o tipo de fornecimento de água e o de esgotamento sanitário, procedimento que também tem sido usado pelo IBGE (especialmente no Perfil estatístico de mães e crianças no Brasil) e por outros pesquisadores (Andrade, s.d.).

⁵ Por exemplo, em Belo Horizonte, o aumento do preço da terra com infra-estrutura foi de 40% contra 26% quando não ocorriam estas melhorias (Plambel, 1978 apud Farret, 1988, p. 224).

Seguindo o modelo adotado pelo IBGE, consideramos, neste trabalho, como adequados os domicílios que dispunham da rede geral de esgoto ou fossa séptica e que estivessem ligados à rede geral de água com canalização interna (FIBGE, 1988, p. XV)⁶.

Variáveis. A política de saneamento básico implantada pelo PLANASA acarretou uma distribuição bastante desigual de domicílios adequados pelo território nacional gerando uma concentração em zona urbana: 95,5% dos domicílios adequados no plano do saneamento básico situam-se em zona urbana. (Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87) e nas regiões Sudeste e Sul (Tabelas 1 e 2).

Por outro lado, como tem sido freqüentemente apontado na bibliografia (Telles, 1991), a distribuição dos segmentos raciais pelo território nacional também é bastante heterogênea, refletindo, ao mesmo tempo, a densidade populacional da região e a predominância de uma ou de outra subpopulação racial (Tabela 3). Assim, apesar de pretos e pardos não constituírem a maioria da população que reside na região Sudeste, é aí que encontramos, comparativamente ao território nacional, a maior concentração de pretos e a segunda maior concentração de pardos (após o Nordeste).

Portanto, na região Sudeste se encontra, simultaneamente, a maior concentração de domicílios adequados (67,3%) e de moradores brancos e pretos, diferentemente do que ocorre na região Nordeste onde se encontram apenas 10,1% dos domicílios brasileiros adequados e uma grande concentração de declarantes pardos (Tabelas 1 e 3).

Diante de tais disparidades regionais e do nosso intuito em captar o diferencial racial no acesso a condições adequadas de saneamento, pareceu-nos sensato tomarmos algumas decisões quanto à análise das variáveis, explicitadas a seguir:

1. centrar a análise exclusivamente em domicílios situados em região urbana onde a cobertura, não sendo nem universal nem extremamente exígua, dá maior visibilidade a processos seletivos;

⁶ A conceituação que usamos é uma transposição da definição de "domicílio inadequado" para "domicílio adequado": "considerou-se como inadequados os domicílios que não dispunham de rede geral de esgoto ou fossa séptica e/ou rede geral de água com canalização interna" (FIBGE, 1988, p. XV)

2. comparar as sub-populações raciais dentro de cada macro-região a fim de controlar o impacto de sua distribuição desigual pelo país bem como da diversidade de distribuição de domicílios adequados no plano do saneamento pelo território nacional.

Também, de acordo com achados relativamente constantes na bibliografia contemporânea sobre desigualdades raciais no Brasil que se apoia em informações macro censitárias (cf. particularmente textos contidos em Lovell, 1991), os dados foram analisados, sempre que possível, controlando-se as variáveis rendimento mensal domiciliar per capita e sexo do chefe de domicílio.

5.3. Resultados

Como informamos anteriormente, os resultados serão apresentados em torno de dois eixos: condições de saneamento em que vivem crianças brancas e negras (pretas e pardas) com menos de 7 anos de idade; condições de saneamento em domicílios chefiados por brancos e negros (pretos e pardos).

Crianças. Relembramos que, no Brasil, a PNAD 87 estimou a presença de 23,7 milhões de crianças de 0 a 6 anos vivendo em domicílios particulares, 69,2% das quais residindo em zona urbana. Deste contingente de crianças de 0 a 6 anos residindo nas áreas urbanas, 59,4% foram declaradas brancas, 4,5% pretas, e 35,6% pardas⁷.

Dentre as 16,4 milhões de crianças com menos de 7 anos residindo em zona urbana, um pouco mais da metade (53,7%) vive em domicílios adequados no plano do saneamento, porcentagem inferior àquela dos domicílios com saneamento básico adequado (63,5%). Esta desvantagem pode ser explicada pelo fato de que as crianças com menos de 7 anos constituem o segmento etário onde se encontra a maior concentração de pobreza no Brasil (Campos et al, 1993).

⁷ Os restantes 0,5% referem-se a crianças declaradas amarelas que, como foi mencionado, não foram objeto de análise nesse estudo.

Ciclo de vida da família e precariedade de creches/pré-escolas são explicações que temos aventado para esta constatação: famílias jovens (portanto com menor ingresso) têm filhos pequenos em idade próxima (portanto não contam com filhos maiores para trabalhar), que necessitam do cuidado de um adulto, geralmente a mãe, que não pode trabalhar fora pela falta de creches/pré-escolas públicas e pela falta de dinheiro para o pagamento de uma solução particular (babá, vizinha, creche/pré-escola privada).

Além do reduzido número de crianças pequenas que usufruem de condições adequadas de saneamento em seus domicílios, é necessário lembrar que, salvo algumas raras que freqüentam creches/pré-escolas em boas condições, estas crianças, diferentemente de boa parte de adultos, de crianças maiores e adolescentes, só convivem no espaço da casa, não tendo alternativas de outros locais (trabalho e escola) em que possam dispor de melhores condições de saneamento. Assim, a criança pequena tende a se servir, nas 24 horas do dia, de água e de esgotamento inadequados, o que potencializa o impacto de viverem em moradias inadequadas no plano do saneamento.

Os dados contidos na Tabela 4 reforçam, de início, o que a literatura tem apontado (Jorge, 1987 e Farret, 1988): a adequação do domicílio está diretamente associada ao nível de rendimento (neste estudo, rendimento domiciliar) e varia intensamente de uma região fisiográfica para outra. A população infantil que usufrui de melhores condições de saneamento reside na região Sudeste; as crianças em piores condições se encontram nas regiões Nordeste e Centro-Oeste.

A variação regional é tão intensa que o índice de adequação do domicílio de crianças com nível de rendimento mensal domiciliar per capita até 1/4 S.M. no Sudeste (34,8%) equivale, no Centro-Oeste, ao índice de adequação dos domicílios de crianças com rendimento mensal domiciliar per capita entre 1 e 2 S.M. (36,7%). Também, dentro de uma mesma região, os índices de adequação podem variar intensamente de acordo com o nível de rendimento domiciliar, variação mais intensa nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nestas regiões, apenas aproximadamente 8% das crianças residindo em domicílios pobres (até 1/4 S.M.) usufruem de adequadas condições de saneamento. Esta situação é particularmente grave na região Nordeste onde, como se sabe, o

número de crianças nesta faixa etária e neste nível de rendimento é bastante significativo: de acordo com estimativas da PNAD 87, 1,0 milhão de crianças com menos de 7 anos viveriam em domicílios com rendimento mensal domiciliar até 1/4 de S.M. sendo que apenas 90,6 mil usufruiriam de saneamento adequado.

A Tabela 4 evidencia, também, um diferencial racial importante no acesso das crianças a condições adequadas de saneamento. Considerando-se o conjunto das crianças brasileiras com menos de 7 anos residindo em áreas urbanas, 64,8% daquelas declaradas brancas vivem em domicílios adequados, porcentagem que cai para 37,1% quando se trata da sub-população negra (preta e parda).

O diferencial racial é persistente no interior de cada nível de rendimento e de cada região, notando-se, apenas, duas exceções na faixa de rendimento mais de 1/4 a 1/2 S.M. mensal domiciliar per capita nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. As diferenças entre brancos e negros são mais intensas na região Sudeste.

Comparando-se, agora, as sub-populações preta e parda entre si, observa-se que nem sempre as crianças pretas vivem em piores condições de saneamento que as pardas (Tabela 5). Assim, em todas as regiões, pelo menos em um nível de rendimento, a sub-população preta evidencia índices melhores de saneamento básico. Além de estarmos lidando, muitas vezes, com contingentes muito pequenos de população infantil preta⁸, o que diminui a confiabilidade dos dados, a distribuição de pretos pelos estados que compõem as macro-regiões varia muito. Não se pode, porém, descartar a hipótese de que crianças pretas vivendo em domicílios inadequados desapareçam das estatísticas por morte precoce. Com efeito, como evidenciou a pesquisa de Tamburo (1991), a taxa de mortalidade infantil entre crianças pretas é superior à de brancas e pardas. Assim, a morte precoce mais intensa nesse segmento populacional poderia eliminar das estatísticas crianças pretas que, se continuassem vivas, aumentariam o contingente daquelas residindo em domicílios inadequados⁹.

⁸ Vários níveis de rendimento em várias regiões dispõem de um contingente estimado de crianças em torno de 3 mil casos; na região Norte trabalhamos com efetivos estimados ainda menores, abaixo do milhar.

⁹ Alguns pesquisadores evidenciaram o ritmo menos acelerado de crescimento da população preta (Berquó et al, 1986) que evidenciou, inclusive, um decréscimo no período 1940-1950. Em estudo recente, Rosemberg e Piza

Domicílios. A PNAD 87 estimou a existência de 32,1 milhões de domicílios particulares permanentes para o conjunto do território nacional, dos quais 24,3 milhões estão situados em área urbana (75,8%), sendo que destes, 63,5% foram considerados adequados no plano de saneamento básico. Em acordo com achados anteriores (Jorge, 1987), também em 1987 as condições de adequação dos domicílios estão associados à sua inserção regional e ao nível de rendimento domiciliar.

Diferentemente, porém, do acesso a outros bens e serviços (como rendimento e educação) - onde se evidenciaram piores condições de vida nos domicílios chefiados por mulheres (Barroso, 1978), não se observa uma associação entre adequação do domicílio e sexo do chefe no sentido habitual. Isto é, no plano do saneamento básico nem sempre os domicílios chefiados por mulheres apresentam índices de adequação inferiores aos dos domicílios chefiados por homens. Este achado já havia sido notado "com surpresa" por Thompson A. de Andrade (s.d.), em seu estudo sobre "As condições de saneamento dos domicílios chefiados por mulheres", onde analisou exclusivamente chefias de domicílios uni-familiares¹⁰ pesquisados pela PNAD 87. Andrade (s.d.) concluiu: "o resultado que foi uma relativa surpresa foi o de ter encontrado, de forma persistente, que os domicílios com chefia feminina têm sempre uma probabilidade maior de serem adequados em saneamento em comparação com os chefiados por homem, independentemente do nível de rendimento, da condição de ocupação, do setor de localização do domicílio e da região em que este está situado" (p. 21). Dentre as explicações para este achado (que o autor qualifica de intrigante), é possível destacar a idade do chefe (as mulheres chefes são mais velhas que os homens chefes), as prioridades de chefes mulheres quando da escolha de um domicílio e a mobilização de grupos de mulheres por melhores condições de infra-estrutura urbana.

Além destes componentes já referidos na literatura, os dados da PNAD 87 evidenciam, também, um diferencial racial persistente no acesso a domicílios com adequadas condições de saneamento. Assim, nos domicílios chefiados por brancos foram

(1994) evidenciam que a diminuição de pretos na população ocorreu fundamentalmente, entre os analfabetos, população mais pobre que, hipoteticamente, deveria viver em domicílios inadequados no plano de saneamento.
¹⁰ Dos 32,1 milhões de domicílios, aproximadamente 30 milhões são uni-familiares.

encontrados melhores índices de saneamento que naqueles chefiados por negros, de forma persistente e independentemente de sua localização regional, do nível de rendimento domiciliar e do sexo do chefe de domicílio (Tabelas 6 e 7).

A Tabela 6 aponta: um aumento progressivo das condições de adequação à medida que aumenta o nível de rendimento domiciliar em ambos segmentos raciais (brancos e negros) e em todas as regiões: uma grande variação regional, destacando-se a região Centro-Oeste como a de pior condição para ambos os segmentos raciais em todos os níveis de rendimento e a região Sudeste como a de melhor condição; um efeito cumulativo das variáveis rendimento domiciliar, inserção regional e pertencimento racial, de tal forma que o melhor índice de saneamento entre negros residindo no Centro-Oeste praticamente equivale ao pior índice de saneamento entre brancos residindo no Sudeste; um nítido diferencial racial que resiste ao controle de variáveis como a localização regional e as diferenças de rendimento, sendo mais intenso nas regiões com melhores índices de saneamento (Sudeste, Sul e Norte).

A comparação entre chefia masculina e feminina sugere uma tendência - mas não uma constância - à maior incidência de adequação nos domicílios chefiados por mulheres, em ambos os segmentos raciais, para todos os níveis de rendimento. Notam-se algumas exceções regionais a esta tendência mas que não configuram uma distribuição sistemática (Tabela 7).

Observa-se, portanto, uma associação estreita entre adequação do domicílio e pertencimento racial do chefe, além daquelas já evidenciadas como por exemplo nível de rendimento e inserção regional.

Resta-nos, ainda, comparar dentro do segmento negro como se situam as sub-populações de chefes de domicílios pretos e pardos (Tabela 8).

Diferentemente do que tem sido observado para outros indicadores sociais, nem sempre no interior do segmento negro a sub-população dos chefes de domicílio que se declaram pardos apresenta melhores índices de adequação que a sub-população preta.

Os domicílios com chefia preta obtiveram índices de adequação superiores aos dos pardos na maioria dos níveis de rendimento nas regiões sul e Centro-Oeste.

Fazendo-se interferir, também, a variável sexo do chefe, o padrão da distribuição torna-se bastante complexo, distanciando-se, em muito, da seqüência hierárquica de benefícios sociais habitualmente encontrada em outros indicadores sociais: chefes homens pardos, chefes homens pretos, chefes mulheres pardas, chefes mulheres pretas (Tabela 9).

QUADRO 1
PLANASA: INVESTIMENTOS REALIZADOS EM ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
SANITÁRIO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 1969/1984
(EM 1.000 UPC)

UNIDADES	ABASTECIMENTO DE ÁGUA		ESGOTO SANITÁRIO		TOTAL		% POR SETOR NA UNIDADE		
	TOTAL 1	(%)	TOTAL 2	(%)	TOTAL + 2	(%)	% ÁGUA	% ESGOTO	% TOTAL
NORTE	13.784	2,6	1.344	0,6	15.128	2,0	91,1	8,9	100,0
. Rondônia	2.690	0,5	-	-	2.690	0,4	100,0	-	100,0
. Acre	360	0,1	-	-	360	0,1	100,0	-	100,0
. Amazonas	5.196	1,0	1.025	0,5	6.221	0,8	83,5	16,5	100,0
. Roraima	434	0,1	-	-	434	-	100,0	-	100,0
. Pará	4.914	0,9	319	0,1	5.233	0,7	93,9	6,1	100,0
. Amapá	190	-	-	-	190	-	100,0	-	100,0
NORDESTE	136.272	25,6	23.820	11,6	160.092	21,7	85,1	14,9	100,0
. Maranhão	6.900	1,3	1.221	0,6	8.211	1,1	85,1	14,9	100,0
. Piauí	6.260	1,2	-	-	6.260	0,8	100,0	-	100,0
. Ceará	13.238	2,5	4.645	2,3	17.883	2,4	74,0	26,0	100,0
. Rio Grande do Norte	7.956	1,5	677	0,3	8.633	1,2	92,2	7,8	100,0
. Paraíba	7.051	1,3	3.295	1,6	10.346	1,4	68,1	31,9	100,0
. Pernambuco	24.883	4,7	4.087	2,0	28.970	3,9	85,9	14,1	100,0
. Alagoas	3.667	0,7	1.245	0,6	4.912	0,7	74,7	25,3	100,0
. Sergipe	4.776	0,9	139	0,1	4.915	0,7	97,2	2,8	100,0
. Bahia	61.451	11,5	8.511	4,1	68.962	9,5	87,8	12,2	100,0
	293.385	55,2	155.917	75,6	449.302	60,9	65,3	34,7	100,0
SUDESTE	58.058	10,9	15.018	7,6	73.676	10,0	78,8	21,2	100,0
. Minas Gerais	12.440	2,4	-	-	12.440	1,7	100,0	-	100,0
. Espírito Santo	40.074	7,5	8.978	4,3	49.052	6,6	81,7	18,3	100,0
. Rio de Janeiro	182.813	34,4	131.321	63,7	314.134	42,6	58,2	41,8	100,0
. São Paulo	53.036	9,9	22.414	10,9	75.450	10,2	70,3	29,7	100,0
	22.159	4,1	9.095	4,4	31.254	4,3	70,9	29,1	100,0
SUL	11.178	2,1	2.711	1,3	13.889	1,9	80,5	19,5	100,0
. Paraná	19.699	3,7	10.608	5,2	30.307	4,1	65,0	35,0	100,0
. Santa Catarina	35.404	6,7	2.686	1,3	36.090	5,2	92,9	7,1	100,0
. Rio Grande do Sul	9.290	1,7	228	0,1	9.510	1,3	57,6	2,4	100,0
	9.499	1,8	269	0,1	9.758	1,3	97,2	2,8	100,0
	9.771	1,9	77	-	9.848	1,4	99,2	0,6	100,0
CENTRO-OESTE	6.854	1,3	2.112	1,1	8.966	1,2	76,4	25,6	100,0
. Mato Grosso do Sul	531.891	100,0	206.181	100,0	735.052	100,0	72,1	27,9	100,0
. Mato Grosso									
. Goiás									
. Distrito Federal									
BRASIL									

Fonte: “PLANASA, Aplicações e Resultados, 1968-1984”, apud Jorge, 1987, p. 179.

TABELA 1 - SAN
DISTRIBUIÇÃO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES EM CONDIÇÕES ADEQUADAS DE SANEAMENTO POR REGIÃO. 1987

REGIÕES	DOMICÍLIOS PARTICULARES EM CONDIÇÕES ADEQUADAS DE SANEAMENTO	
	N	%
N*	376.623	2,3
NE	1.640.594	10,1
CO	581.513	3,6
SE	10.909.253	67,3
S	2.695.734	16,6
BRASIL*	16.203.717	100,0

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 2 - SAN
PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS PARTICULARES EM CONDIÇÕES ADEQUADAS DE SANEAMENTO, SEGUNDO REGIÃO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO. 1987

REGIÕES	TOTAL	URBANO	RURAL
N	42,8	42,8	-
NE	19,3	31,5	2,7
CO	26,3	34,3	3,6
SE	71,4	80,1	13,3
S	51,0	64,4	21,1
BRASIL*	50,4	63,5	9,3

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 3 - SAN
DISTRIBUIÇÃO DOS MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES
PERMANENTES NO TERRITÓRIO NACIONAL
E ZONA URBANA, POR REGIÃO,
SEGUNDO RAÇA/COR. 1987

REGIÕES	TOTAL*				URBANO			
	B	PR	PA	N	B	PR	PA	N
N*	1,5	0,8	6,2	5,5	2,0	1,1	9,5	8,3
NE	17,1	32,3	47,9	45,9	14,0	25,9	37,4	35,7
CO	6,0	4,1	8,8	8,2	5,9	3,6	9,2	8,4
SE	52,4	53,8	31,4	34,3	58,5	59,8	38,7	41,7
S	22,9	9,0	5,6	6,1	19,6	9,6	5,2	5,8

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 1987.

* Excluída a zona rural da região Norte.

TABELA 4 - SAN
PORCENTAGEM DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS RESIDINDO EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES
COM ADEQUADAS CONDIÇÕES DE SANEAMENTO, SEGUNDO RENDIMENTO MENSAL
DOMICILIAR PER CAPITA, REGIÃO E RAÇA - ZONA URBANA, 1987

RENDIMENTO (SM)	N			NE			CO			SE			S			BRASIL		
	B	N	T	B	N	T	B	N	T	B	N	T	B	N	T	B	N	T
Até ¼	11,5	5,0	6,2	9,8	7,9	8,4	11,0	5,5	7,2	44,6	27,7	34,8	22,5	18,0	18,2	21,1	12,2	15,2
+ de ¼ a ½	17,4	14,4	14,9	16,8	17,3	17,0	13,0	15,4	14,5	51,9	38,0	44,9	31,0	19,8	29,1	34,0	24,3	28,5
+ de ½ a 1	38,1	24,1	27,4	31,4	29,1	30,1	22,3	22,1	22,4	74,5	56,8	67,6	53,2	45,2	53,6	59,3	41,8	51,8
+ de 1 a 2	57,7	41,4	46,9	51,4	43,0	46,9	38,4	34,1	36,7	84,8	75,1	82,2	71,8	61,2	70,5	75,6	59,8	70,7
+ de 2	77,4	67,8	72,3	72,7	72,0	72,5	60,0	52,4	58,3	95,0	91,3	94,6	87,3	74,1	85,4	88,0	76,5	86,2
TOTAL	47,0	27,2	32,7	32,6	22,5	26,5	35,8	24,7	30,9	80,0	56,1	72,4	62,4	39,0	58,4	64,8	37,1	53,7

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

TABELA 5 - SAN
PORCENTAGEM DE CRIANÇAS NEGRAS DE 0 A 6 ANOS RESIDINDO EM DOMICÍLIOS PARTICULARES
PERMANENTES COM ADEQUADAS CONDIÇÕES DE SANEAMENTO SEGUNDO
RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA, REGIÃO E COR - ZONA URBANA, 1987

RENDIMENTO (SM)	N		NE		CO		SE		S		BRASIL	
	PR	PA	PR	PA	PR	PA	PR	PA	PR	PA	PR	PA
Até ¼	0,0	5,1	7,2	8,0	0,0	5,8	35,0	26,0	14,7	21,5	17,0	11,6
+ ¼ a ½	11,9	14,4	21,2	16,9	27,9	14,5	37,1	38,3	26,7	21,4	30,7	23,3
+ ½ a 1	46,8	24,0	23,5	29,5	18,1	22,3	56,7	56,9	62,1	46,0	50,3	40,6
+ 1 a 2	7,9	42,1	38,3	43,3	19,3	34,7	81,6	74,0	81,1	58,9	73,4	58,2
+ 2	20,1	68,3	89,5	71,1	100,0	51,2	95,0	91,0	90,3	66,7	90,9	75,6
TOTAL	15,9	27,4	19,6	22,8	25,5	24,7	54,0	56,6	50,4	38,5	42,7	36,4

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

TABELA 6 - SAN

**PORCENTAGEM DE CHEFES DE DOMICÍLIO COM ADEQUADA CONDIÇÃO DE SANEAMENTO,
SEGUNDO RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA, REGIÃO E RAÇA - ZONA URBANA, 1987**

RENDIMENTO (SM)	N (42,8)*			NE (31,5)*			CO (34,3)*			SE (80,1)*			S(64,4)*			BRASIL (63,5)*		
	B	N	T	B	N	T	B	N	T	B	N	T	B	N	T	B	N	T
Até ¼	16,4	9,5	10,8	10,6	8,7	3,4	9,7	7,9	4,4	51,8	30,5	21,9	26,3	17,3	10,7	26,7	14,1	8,1
+ de ¼ a 1/2	27,4	17,5	19,3	19,2	15,4	8,9	14,3	12,9	8,9	61,0	42,5	38,2	32,7	21,9	20,4	40,4	24,5	20,2
+ de ½ a 1	41,4	28,9	31,5	31,0	26,3	20,4	22,3	20,3	16,2	75,8	58,5	59,3	54,5	40,1	41,0	60,2	41,5	41,9
+ de 1 a 2	62,7	43,0	48,5	48,5	40,2	37,1	37,2	32,1	29,7	87,1	74,8	78,6	69,8	55,9	60,1	77,1	59,9	64,9
+ de 2	80,5	66,3	72,2	73,5	67,2	66,3	58,1	52,4	50,8	95,3	85,4	91,6	86,8	72,7	81,9	89,9	75,0	83,9
TOTAL	58,9	36,6	42,8	39,3	26,6	19,3	39,5	28,5	26,3	86,3	64,8	71,4	68,3	42,7	51,0	73,8	45,4	50,4

* % de domicílios urbanos adequados no conjunto de domicílios urbanos da região.

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

TABELA 7 - SAN
PORCENTAGEM DE CHEFES DE DOMICÍLIO COM ADEQUADA CONDIÇÃO DE SANEAMENTO,
SEGUNDO RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA, REGIÃO, RAÇA E SEXO - ZONA URBANA, 1987

RENDIMENTO (SM)	N				NE				CO				SE				S				BRASIL			
	B		N		B		N		B		N		B		N		B		N		B		N	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Até ¼	16,0	17,8	9,7	8,9	10,1	11,7	8,5	9,3	6,5	16,8	5,8	12,5	55,3	42,2	33,0	24,6	26,5	25,8	11,9	34,4	28,0	23,5	14,1	14,4
+ de ¼ a 1/2	25,7	34,1	16,1	22,1	17,1	24,3	15,6	14,7	14,4	14,0	13,7	11,1	60,4	62,7	41,5	45,3	30,6	41,7	21,8	22,1	39,1	44,3	24,2	25,7
+ de ½ a 1	43,0	34,5	27,9	33,3	29,8	35,3	26,6	25,2	20,4	31,3	19,6	22,7	74,5	80,9	59,0	56,4	55,2	51,7	45,1	23,8	59,5	63,3	42,0	39,8
+ de 1 a 2	60,8	70,6	43,1	42,1	47,7	51,4	40,2	40,0	34,9	47,3	30,4	40,1	86,7	89,3	74,4	76,6	68,8	75,1	56,7	50,4	76,5	79,9	59,5	62,0
+ de 2	80,3	81,5	65,2	74,6	72,5	78,7	66,0	75,2	55,9	70,3	48,8	71,0	95,1	96,3	84,8	88,1	86,1	91,1	73,0	70,8	89,3	92,6	73,8	81,7
TOTAL	59,2	57,5	36,8	35,5	39,5	38,4	27,4	23,9	38,1	46,1	27,7	31,5	86,3	86,7	65,5	62,3	68,3	68,3	44,8	34,2	73,9	73,3	46,0	42,9

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

TABELA 8 - SAN
PORCENTAGEM DE CHEFES NEGROS DE DOMICÍLIOS COM ADEQUADA CONDIÇÃO DE SANEAMENTO,
SEGUNDO RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA, REGIÃO E COR - ZONA URBANA, 1987

RENDIMENTO (SM)	N		NE		CO		SE		S		BRASIL	
	PR	PA	PR	PA	PR	PA	PR	PA	PR	PA	PR	PA
Até ¼	0,0	9,7	6,7	8,7	0,0	8,7	35,6	28,6	15,4	17,7	17,7	13,4
+ de ¼ a ½	12,5	17,6	13,8	15,4	18,0	12,3	40,5	43,2	26,5	20,5	28,6	23,7
+ de ½ a 1	18,9	29,2	24,0	26,3	16,5	20,6	54,5	59,8	48,3	37,4	45,2	40,8
+ de 1 a 2	16,3	43,8	39,5	40,2	36,0	31,8	73,3	75,8	56,3	55,7	64,7	59,0
+ de 2	48,2	66,7	55,1	68,1	69,4	51,4	79,9	86,5	79,7	69,7	75,8	74,9
TOTAL	20,6	37,0	21,1	27,4	29,0	28,4	59,7	66,3	49,6	40,4	47,4	45,0

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

TABELA 9 - SAN
PORCENTAGEM DE CHEFES NEGROS DE DOMICÍLIOS COM ADEQUADA CONDIÇÃO DE
SANEAMENTO, SEGUNDO RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA,
REGIÃO, SEXO E COR - ZONA URBANA, 1987

RENDIMENTO (SM)	N				NE				CO				SE				S			
	H		M		H		M		H		M		H		M		H		M	
	PR	PA	PR	PA	PR	PA	PR	PA	PR	PA	PR	PA	PR	PA	PR	PA	PR	PA	PR	PA
Até ¼	0,0	10,0	0,0	9,0	5,9	28,0	8,1	9,6	0,0	6,3	0,0	13,7	34,9	32,3	18,1	24,6	0,0	14,4	44,5	30,3
+ de ¼ a ½	5,0	16,4	35,8	21,7	15,5	8,9	10,1	15,6	19,9	12,9	12,9	10,8	38,8	42,4	45,9	45,3	29,0	20,0	20,0	23,0
+ de ½ a 1	17,0	28,2	23,1	34,0	24,4	15,7	23,3	25,6	12,5	20,2	31,5	21,9	55,8	60,0	58,7	56,4	55,4	41,7	25,7	23,1
+ de 1 a 2	17,6	44,0	0,0	42,6	42,2	26,8	31,2	41,5	36,1	30,0	35,8	40,6	71,2	75,2	75,5	76,6	57,9	56,2	45,9	52,2
+ de 2	40,3	65,7	75,0	74,6	53,4	40,0	60,9	77,0	65,4	47,9	85,7	69,9	77,3	86,2	87,9	88,1	80,5	69,9	75,4	68,8
TOTAL	17,5	37,3	31,8	35,6	22,5	66,8	17,8	25,1	28,1	27,7	32,1	31,4	59,6	67,1	63,2	62,3	53,0	42,1	37,1	33,0

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 87.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das tabulações especiais da PNAD 87, evidencia, no plano empírico, algumas tendências nos indicadores sócio-demográficos relativos a crianças brancas e negras tendo entre 0 e 6 anos de idade assinalados a seguir:

1. Uma composição racial próxima ao conjunto da população, mas não idêntica, pois o segmento negro é composto por um percentual ligeiramente superior de crianças de 0 a 6 anos que o encontrado no segmento racial branco. Uma distribuição racial pelo território nacional com configuração semelhante à do conjunto da população, sendo que o maior percentual de negros (particularmente pardos) se localiza no Nordeste e o de brancos (e pretos) no Sudeste.

2. Uma média de rendimento familiar per capita inferior entre as crianças de 0 a 6 anos que para o conjunto da população, associada a um diferencial racial que desfavorece as crianças negras e que persiste mesmo quando se controlam zona e região de residência, bem como tipo de organização familiar.

3. Para o conjunto das crianças negras observou-se uma porcentagem maior de famílias "incompletas" e/ou chefiadas por mulheres, tendência que **não persiste** quando se controlam os níveis de rendimento familiar. Assim, o tipo de organização familiar evidencia uma associação mais intensa com a situação sócioeconômica do que com o pertencimento racial. Se a "desorganização" familiar não explica os piores níveis de rendimento em que se encontram crianças pequenas negras, é importante destacar que, enquanto contingente populacional, um número significativamente grande de crianças negras são pobres e vivem em famílias monoparentais, especialmente naquelas chefiadas por mulheres.

4. Um acesso racialmente diferenciado à educação para a faixa etária tendo entre 5 e 9 anos. A aparente "confusão" dos dados sobre o acesso à educação escolar para esta faixa etária se desfaz quando introduzimos o conceito de "grau adequado para a idade". Assim, nível de rendimento e raça evidenciam uma associação com freqüentar o "grau

adequado" para a idade: crianças tendo 5 e 6 anos freqüentando a pré-escola; crianças entre 7 e 9 anos freqüentando o 1º grau. As médias de idade das crianças freqüentando a pré-escola evidenciam uma estreita associação entre médias mais alta, pertencimento racial, área de residência e nível de rendimento.

A análise quanto ao acesso à escolaridade para este segmento etário deve, portanto, qualificar o tipo de escola a que a criança tem acesso.

5. Uma proporção significativa de crianças pequenas pobres residem em domicílios cujas condições de saneamento básico são inadequadas. Observa-se um diferencial racial importante mesmo quando se controlam área e região de residência, chefia de domicílio feminina e rendimento familiar. Este acesso diferenciado do saneamento básico sugere uma ocupação territorial diferenciada, não apenas nas dimensões macro-territoriais (região de residência) mas, também, micro-territoriais.

Os dados evidenciam, portanto: um número significativamente alto de crianças negras pobres, mas que não esgotam os diferenciais raciais observados quanto ao acesso à educação e ao saneamento básico adequados. Evidenciam-se, pois, discriminações raciais que interagem com discriminações econômicas.

A mecânica de interação, no plano do acesso a equipamentos sociais, pode encontrar uma compreensão instigante através da lógica de um padrão brasileiro de segregação espacial dos segmentos raciais: para além dos guetos raciais e étnicos conhecidos no hemisfério norte, sugerimos que no Brasil, principalmente urbano, populações negras tenderiam a residir em regiões onde encontrariam brancos de pior nível sócio-econômico, tendo, assim, acesso a equipamentos sociais de pior qualidade.

Tentando avançar um pouco nesta linha de interpretações e por ser tema pouco tratado entre nós (e que quase mereceria o epíteto de tabu), concluimos este trabalho com um pequeno ensaio sobre o estado da questão.

6.1. Segregação espacial e raça

Ultimamente, estudos sobre relações raciais no Brasil, vêm apontando a concentração espacial da população negra em determinadas regiões ou micro regiões, como um dos aspectos a serem considerados na compreensão das desigualdades raciais (Hasenbalg, 1979; Rolnik, 1989; Telles, 1991).

Esse fenômeno tem raízes históricas e, inicialmente, pode ser explicado em função do uso de mão-de-obra escrava. Segundo Hasenbalg (1979), os sucessivos ciclos econômicos regionais (açúcar, mineração, algodão e café) constituíram a força matriz do tráfico de escravos africanos e o determinante da localização espaço-temporal da população escrava, durante o período colonial e o Império.

À medida que essas atividades econômicas adquiriam dinamismo, aumentava o contingente populacional negro nas regiões onde elas se desenvolviam em virtude da intensificação do tráfico e, também, do deslocamento de mão-de-obra escrava das regiões que entravam em declínio econômico. Por sua vez, os mestiços¹¹ (pardos) e pretos livres tenderam a permanecer nas regiões que entravam em estagnação - regiões agrícolas no Nordeste onde se desenvolvera a cultura da cana-de-açúcar e a região de mineração em Minas - dedicando-se à economia de subsistência e sofrendo grande deterioração econômica.

Já na região Sudeste, o trabalho escravo foi introduzido tardiamente para atender à demanda da lavoura cafeeira que iniciou o seu desenvolvimento no segundo quartel do século XIX, o que não só resultou numa proporção inferior de africanos, como também limitou o desenvolvimento da miscigenação racial e a formação de uma população de cor livre na região.

Assim, por ocasião da Abolição, a grande maioria da população negra se concentrava fora da região onde estava se formando uma sociedade urbana e industrial.

¹¹ Neste contexto, o autor usa o termo mestiço como sinônimo de pardo.

Esse padrão de distribuição espacial praticamente se manteve inalterado. Reportando-se a dados de 1950, Hasenbalg (1979) mostra que ocorreu um leve aumento da população não branca¹² (pretos e pardos) no Brasil subdesenvolvido e um aumento maior da população branca na região Sudeste. Para isso contribuiu não somente todo este deslocamento tardio da população negra para esta região, como também a opção por uma política de migração européia destinada a suprir a necessidade de mão-de-obra na região Sudeste.

Se esta configuração ocorreu em nível macro através da concentração da população negra em determinadas regiões, também em nível micro, como mostram os estudos de Rolnik (1988b, 1989) formaram-se espaços brancos e negros tanto no meio rural, com a casa grande e a senzala, como no meio urbano.

Em configurações urbanas como São Paulo e Rio de Janeiro, cidades em que essa autora estudou a formação de territórios negros, reeditou-se esse modelo de segregação, seja nas chácaras, seja nos sobrados, onde as dependências reservadas aos escravos localizavam-se fora do edifício principal.

Nesses centros, ainda, constituíram-se vários outros territórios negros: as irmandades, que organizavam fundos para a compra de alforrias; os mercados, local por onde circulavam obrigatoriamente escravos de ganho ou libertos, os pais de santo que ali se abasteciam nos ervanários africanos e cuidavam da saúde física e mental dos escravos; os quilombos paulistanos que se desenvolveram no final da escravidão em São Paulo; as casas de cômodos e porões, única opção de moradia barata para os negros libertos; e, mesmo, certas aldeias na periferia das cidades.

Esse panorama iria se alterar com a extinção do tráfico, a Abolição e a introdução da mão-de-obra estrangeira. A cidade de São Paulo, por exemplo, italianizou-se. Embora as razões fossem sobretudo econômicas, a opção pelo "braço livre europeu" significava "usar mão-de-obra 'civilizada', já que não era possível romper repentinamente com todo o arcabouço ético-político da escravidão, montado através da identificação

¹² População não branca está sendo utilizada como sinônimo de negros (pretos e pardos).

'selvagem-inumano-cativo'. Pelo contrário, 'barbárie versus civilização', continuou sendo a pedra de toque do discurso da classe dominante na Primeira República (1989-1930) para justificar seu exercício cotidiano de poder" (Rolnik, 1988a, p. 77, aspas no original).

A argumentação que subsidiou esta opção passou então a se constituir no critério fundamental para definir quem podia constituir o pacto de igualdade entre os homens na ordem liberal republicana e quem estava fora dele. Ou seja, é através deste argumento que se justificaram ações repressivas contra determinados indivíduos ou grupos sociais. Abrir as portas para a pobreza européia, e lhe dar o lugar de "assalariado", implicou em diferenciar internamente a pobreza, produzindo ao mesmo tempo a figura do "marginal".

Nesse processo, bem como na definição dos lugares que cada grupo ocuparia na hierarquia do espaço social a estigmatização racial teve um papel importante. Isso fica evidente quando se examina o processo de redefinição dos "lugares" da cidade (Rolnik, 1988a, p. 77, aspas no original). O contingente negro, por exemplo, experimentaria um agudo processo de marginalização não só devido à preterição de sua mão-de-obra em favor da mão-de-obra imigrante e a conseqüente redefinição da noção de trabalho, como também devido ao seu "deslocamento" dos espaços que ocupava em conseqüência da remodelação da cidade.

Nesta nova configuração, a presença africana vai se tornando cada vez mais marginal, mais estranha. Já em 1886 é promulgado o Código de Posturas, onde se expressa claramente a intenção de proibir as práticas africanas nos territórios negros - saída das quitandeiras porque atrapalham o trânsito, transferência dos mercados para a periferia porque conspurcam a cidade, proibição das atividades dos pais de santo, considerados embusteiros.

Em nível da classe dominante, o projeto de cidade européia também acarretou transformações, como a troca dos sobrados do centro por bairros projetados - Campos

Elísios, Vila Buarque, Higienópolis e, finalmente, avenida Paulista - deslocamento este que, por sua vez, acabou definindo novos territórios negros.

A este respeito, Rolnik (1988b) mostra o processo de transformação de regiões como o Bexiga e a Barra Funda com a proliferação das casas de cômodos e habitações coletivas e a sua consolidação ou transformação em territórios negros, pela facilidade dos seus moradores encontrarem colocação no setor de serviços nos bairros que então se formavam.

Neste período, qualquer um destes quilombos tinha a fama de desclassificado, marginal, desorganizado, devido a sua não proletarização, com a conseqüente ocasionalidade da distribuição do tempo de lazer e de trabalho, e o próprio tipo de vida que se desenvolvia nas habitações coletivas que aí predominavam: intensidade de uma vida em grupo não familiar, densidade dos contatos no dia-a-dia, bem como um conjunto de gestos, um jeito de corpo que, embora para a comunidade negra fosse o elemento que ligava e sustentava um código coletivo que instituía a comunidade, para a classe dominante branca e cristã desafiava os padrões morais.

Uma nova redefinição dos territórios negros em São Paulo ocorre com a entrada do “negro” e do “mulato”¹³ no mercado formal de trabalho, em virtude da abertura de oportunidades de trabalho. A medida que esse processo se desenvolvia, intensificava-se a luta para desmarginalizar o negro, inclusive em termos territoriais, por parte daqueles que já estavam integrados. Lideranças negras da época, principalmente aquelas ligadas à Frente Negra (fundada em 1931), desenvolveram intensa campanha para tirar os negros dos porões e cortiços, incentivando-os a comprarem terrenos e a construir suas próprias casas. Como resultado dessa campanha, muitos negros adquiriram terrenos em loteamentos situados em bairros afastados, ocorrendo então a dispersão dessa população pela periferia onde não se formaram, entretanto, territórios negros tão caracterizados como o Bexiga ou a Barra Funda.

¹³ Termos usados por Rolnik (1988b) para significar pretos e pardos.

Processo mais ou menos semelhante ocorreu no Rio de Janeiro que, como São Paulo, por ocasião da Abolição também embranqueceu, embora em menor grau, pois essa região, por ter recebido um menor contingente de imigrantes europeus, além de uma migração maciça de libertos da zona rural para a zona urbana, continuou sendo a área de maior concentração de negros da região Sudeste.

A reforma urbana e a "operação limpeza" que ocorreram em São Paulo, aí se deram de forma drástica, atingindo em cheio os mais importantes quilombos do Rio de Janeiro, a região portuária da Saúde e Gamboa e os cortiços e habitações coletivas da cidade nova. Como consequência, a população negra deslocou-se para os morros e os territórios suburbanos que acompanhavam as linhas de trem, configurando-se novos territórios negros.

A partir de 1940, a tendência ao embranquecimento destas duas cidades começou a se reverter. De fato, dados dos censos de 1940, 50 e 80 apontam para o aumento da participação dos não brancos na sua população, consequência das migrações internas principalmente de mineiros e nordestinos (Rolnik, 1989).

Outros estudos, utilizando-se de dados macros mais recentes, também sugerem um padrão de segregação espacial racial no Brasil. Telles (1991) com base no censo de 80 mostra que a distribuição de brancos, pardos e pretos pelo território brasileiro é muito desigual do ponto de vista regional. Os brancos concentram-se nas áreas mais desenvolvidas (São Paulo e estados do Sul), os pardos nas menos desenvolvidas (Nordeste) e os pretos, nas áreas intermediárias, embora com uma distribuição mais semelhante à dos pardos do que à dos brancos¹⁴.

A composição racial das áreas urbanas também se diferencia. Nas áreas urbanizadas da região Norte e Nordeste a população é majoritariamente não branca o que não ocorre nas áreas urbanizadas das demais regiões, onde os não brancos (pretos e pardos), com apenas duas exceções (Belo Horizonte e Campo Grande), constituem minoria.

¹⁴ O autor usa o termo negro para designar os pretos.

Esmiuçando ainda mais os dados dentro das áreas urbanas, através dos índices de dessemelhança e de interação¹⁵, Telles mostra outras particularidades da distribuição racial brasileira. Assim, há uma variação substancial na dessemelhança residencial das 40 maiores áreas urbanas brasileiras. Em 35 delas, a segregação preto-branco medida por dessemelhança é maior do que a segregação pardo-branco, sendo que as 5 áreas em que isto não ocorre localizam-se na região Sudeste, principalmente no Estado de Minas Gerais. Do ponto de vista regional a segregação preto-branco medida por dessemelhança é mais elevada no Norte, já a segregação pardo-branco é mais elevada no Sul.

Por sua vez, o contato inter-racial residencial, medido pelos índices de interação¹⁶, registra níveis surpreendentemente baixos em algumas regiões do Brasil, consequência da concentração territorial desigual de brancos e não brancos.

Essa reconstrução, ainda que parcial e bastante simplificada, desse processo de deslocamento e alocamento dos segmentos raciais pelo território nacional, dos acontecimentos subjacentes a essa dinâmica, bem como de algumas reflexões sobre as características da segregação, mostram que o modelo de segregação espacial dos segmentos raciais deve ser aprofundado no sentido de se detectar os diferentes níveis de segregação racial como também ser complementado por outros estudos. Estamos falando aqui não só de estudos que detectem de modo mais amplo os fatores, sejam de natureza econômica e política que, nos dias de hoje, continuam a agir no sentido de manter ou agudizar essa configuração como de estudos que os complementem, na medida em que sejam capazes de apreender no nível micro como se dá a dinâmica que

¹⁵ Estes índices referem-se a duas dimensões distintas da segregação residencial. O índice de dessemelhança mede o grau de igualdade em relação ao qual brancos e não brancos se distribuem pela paisagem urbana. Ele varia de 0 a 1, sendo que um índice de dessemelhança entre 0,1 e 0,3 indica leve segregação residencial; entre 0,4 e 0,6, segregação moderada e entre 0,7 e 1,0, alto nível de segregação. O índice de interação fornece a probabilidade de que pessoas de um mesmo grupo racial estejam em contato com pessoas de outro grupo racial, por residirem na mesma área censitária. É um índice, portanto, que tem alta correlação com a composição racial da área urbana. Assim, no Brasil, dado o grande contingente de não brancos em algumas cidades, é possível encontrarem-se níveis relativamente baixos de segregação, se medida por dessemelhança, juntamente com altos níveis de segregação, se medida por interação.

¹⁶ Neste estudo, Telles selecionou cinco índices de interação. O índice de isolamento, que mostra a probabilidade de que os brancos venham a compartilhar da mesma área censitária com outros brancos. Os quatro índices restantes medem a probabilidade de interação branco x preto; branco x pardo; preto x branco e pardo x branco.

leva a essa configuração. Nesse sentido, certamente terão de levar em conta o preconceito racial que, como vimos, não só contribui para manter essa configuração como também desencadeia processos que resultam nessa configuração diferencial.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Thompson A. *As Condições de saneamento dos domicílios chefiados por mulheres*. s. d. (mimeo).
- AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- BARBOSA, Irene Maria Ferreira. *Socialização e relações raciais: um estudo de famílias negras em Campinas*. São Paulo : FFLCH/USP, 1983. (Antropologia, 5)
- BARCELOS, Luiz Cláudio. Educação e desigualdades raciais no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Cortez, n. 86, p. 15-24, ago. 1993.
- BARRETTO, Elba Siqueira Sá. Extensão da escola elementar no Brasil: da intenção à realidade. In: FIRST INTERNATIONAL CONFERENCE ON EDUCATION IN THE 95. Anais. Tel-Aviv, 1984.
- BARROSO, Carmen. Sozinhas ou mal acompanhadas; a situação das mulheres chefes de família. In: SEMINÁRIO A MULHER NA FORÇA DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA. Rio de Janeiro, 1978.
- BERCOVICH, Alícia M. Considerações sobre a fecundidade da mulher negra no Brasil. In: LOVELL, Peggy A. (org.) *Desigualdade no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte : UFMG/CEDEPLAR, 1991. p. 309-39.
- _____. *Fecundidade da mulher negra: constatações e questões*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1987. (Textos NEPO, 11).
- BERQUÓ, Elza. Como se casam negros e brancos no Brasil. In: LOVELL, Peggy A. (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991. p.115-20.
- _____. Demografia da desigualdade: algumas considerações sobre o negro no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 21, p.74-8, jul.1988.
- BERQUÓ, Elza et al. *Estudo da dinâmica demográfica da população negra no Brasil*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1986. (Textos NEPO, 9).

- BRASIL. Ministério da Educação. SEEC. *Manual de instrução do questionário do levantamento anual sobre educação pré-escolar e/ou ensino regular de 1º grau (escolas de duas ou mais salas de aula) e ensino regular de 2º grau*. Brasília, 1989.
- BROOKSHAW, David. *Raça & cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- BRUSCHINI, Cristina. *O Trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes*. In: SAFFIOTI, Heleieth, MUNÕZ-VARGAS, Mônica (orgs.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, NIPAS; Brasília : UNICEF, 1994.
- CAMPOS, Maria Malta, HADDAD, Lenira. Educação infantil: crescendo e aparecendo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Cortez, n. 80, p. 11-20, fev. 1992.
- CAMPOS, Maria Malta, ROSEMBERG, Fúlvia, FERREIRA, Isabel M. *Creches e pré-escolas no Brasil*. São Paulo : Cortez; Fundação Carlos Chagas, 1993.
- CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE. Grupo Alternativas Educacionais. *Escolarização básica nas camadas populares na região metropolitana do Recife*. Olinda, Centro Luiz Freire; The Save the Children Fund, 1993. [Relatório de pesquisa].
- COSTA, Tereza Cristina N. de Araújo. O Princípio classificatório "cor", sua complexidade e implicações para um estudo censitário. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 91-102, jul./set.1974.
- COUCEIRO, Solange Maria. *O Negro na televisão de São Paulo: um estudo de relações raciais*. São Paulo : FFLCH/USP, 1983. (Antropologia,3).
- CUNHA Jr., Henrique. A Indecisão dos pais face à percepção da discriminação racial na escola pela criança. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 63, p. 51-3, nov. 1987.
- CUNHA, Estela M. Garcia de Pinto da. *Mulher e raça: diferenciais de mortalidade adulta, nas grandes regiões brasileiras*. (mimeo). [Trabalho apresentado no XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1994.]

- DIAS, Regina Célia, FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Que creche é esta?: a realidade das creches comunitárias da periferia da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: AMEPPE, 1990 (Educação Popular, 6).
- FARRET, Ricardo L. A Crise econômica e os investimentos federais em desenvolvimento. In: CHAHAD, José Paulo Z., CERVINI, Ruben (orgs.). *Crise e infância no Brasil: o impacto das políticas de ajustamento econômico*. São Paulo: IPE/USP, 1988.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978. 2v.
- FERNANDES, Florestan. Representações coletivas sobre o negro: o negro na tradição oral. In: O NEGRO no mundo dos brancos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- FIBGE. *Catálogo do IBGE: informações estatísticas*. Rio de Janeiro, 1993. v. 1 e 2.
- _____. *Censo Demográfico*, 1991a.
- _____. *Para compreender a PNAD* (um texto simplificado) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 1991b.
- _____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1984*. Rio de Janeiro, 1985. v. 8 T. 1.
- _____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1987*. Rio de Janeiro: FIBGE/UNICEF, 1990. v. 1.
- _____. *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes 1981, 1983, 1986*. Rio de Janeiro: IBGE; UNICEF, 1988.
- _____. *Série relatórios metodológicos*. 1986. v. 2.
- FIGUEIRA, Vera Moreira. O Preconceito racial na escola. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 63-72, maio, 1990.
- FLETCHER, Philip.R., RIBEIRO, Sérgio Costa. *A Educação na estatística educacional: versão preliminar para debate*. Brasília, 1988. (mimeo)

- GOLDANI, Ana Maria. As Famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Cortez, n. 91, nov. 1994.
- _____. Desigualdade racial nas trajetórias de vida familiar das mulheres brasileiras. In: LOVELL, Peggy A. (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991. p.195-239.
- GUSSO, D. Escolarização e déficit escolar: os fatos e as versões. *Rev. Bras. Adm. da Educ.* Porto Alegre: ANPAE, v.1, n.2, jul./dez. 1983.
- HARRIS, Marwin et al. Who are the whites?: imposed census categories and racial demography of Brasil. *Social Forces*, v.72, n.2, p. 451-52, Dec., 1993.
- HASENBALG, Carlos A. Desigualdades raciais no Brasil. In: HASENBALG, Carlos, SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. cap. 4, p. 115-43.
- _____. Desigualdades sociais e oportunidade educacional: a produção do fracasso. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 63, p. 24-6, nov. 1987.
- _____. *Discriminações e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. O Negro na publicidade. In: GONZALEZ, Lélia, HASENBALG, Carlos A. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- _____. Notas sobre a pesquisa das desigualdades raciais e bibliografia selecionada. In: LOVELL, Peggy A. (org.) *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte : UFMG/CEDEPLAR, 1991. p.263-70.
- HASENBALG, Carlos A., SILVA, Nelson Valle. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Cortez, n. 73, p. 5-12, maio, 1990.
- INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS JOÃO PINHEIRO, BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. *Diagnóstico das creches conveniadas com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, set. 1993.

- JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde: São Paulo, 1974-84*. São Paulo: Cortez, 1989.
- JORGE, Wilson Edson. *A Política nacional de saneamento, pós - 64*. São Paulo, 1987. Tese (dout.) FAU/USP.
- LEITE, Ilka Boaventura. *Negros e viajantes em Minas Gerais (séc. XIX)*. São Paulo, 1986. Tese (dout.) FFLCH/USP.
- LEVISON, Deborah. *Child care in metropolitan Brazil*. World Bank, 1989. (mimeo)
- LIMA, Maria de Fátima Evangelista Mendonça. *LBA: tratamento pobre para pobre*. São Paulo, 1994. Dissert. (mestr.) Psicologia Social PUC/SP.
- LOVELL, Peggy A. (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte : UFMG/CEDEPLAR, 1991.
- MAGGIE, Yvonne. *Aqueles a quem foi negada a cor do dia: análise das categorias de raça e cor na cultura brasileira*. [Comunicação apresentada no Seminário Internacional sobre Racismo e Relações Raciais nos Países da Diáspora Africana. Rio de Janeiro, 5-11 de abril de 1992.]
- _____. *Ser escuro no Brasil*, 1988. (mimeo)
- MAUÊS, Maria Angélica da Mota. Entre o branqueamento e a negritude: o TEN e o debate da questão racial. *Dionysos*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 89-101, 1988.
- MENDES, M.G. *A Personagem negra no teatro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1982.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. A Criança escrava na literatura de viagens. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.31, p.57-68, dez.1979.
- MOURA, Clóvis. *O Preconceito de cor na literatura de cordel*. São Paulo : Resenha Universitária, 1976.
- MÜLLER, Ricardo Gaspar. Identidade e cidadania: o teatro experimental do negro. *Dionysos*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 11-52, 1988.
- MUSSA, Beto. Estereótipos de negro na literatura brasileira: sistema e motivação histórica. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 16, p.70-90, mar. 1990.
- NEPP - Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. *Brasil, 1987: relatório sobre a situação social do país*. Campinas : UNICAMP, 1989.

- NOGUEIRA, Oracy. *O "Estatuto de Puritate Sanguinis" e o racismo brasileiro*. s.d. (mimeo)
- OLIVEIRA, Eliana. *Relações raciais nas creches diretas do município de São Paulo*. São Paulo, 1994. Dissert. (mestr.) PUC/SP.
- OLIVEIRA, Lucia Elena Garcia de et al. Repensando o lugar da mulher negra. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 13, p.87-99, mar. 1987.
- OLIVEIRA, Rachel de. *Relações raciais na escola: uma experiência de intervenção*. São Paulo, 1992. Dissert. (mestr.) PUC/SP.
- PACHECO, Moema de Poli Teixeira. A Família negra; exame de algumas questões. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 13, p.100-09, mar. 1987.
- PASTORE, J. et al. *Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980: o que ocorreu com a família brasileira*. São Paulo : Pioneira, 1983.
- PEREIRA, João Baptista Borges. *Cor, profissão e mobilidade: o negro e o rádio de São Paulo*. São Paulo : Pioneira, 1967.
- PINTO, Regina Pahim. *O Livro didático e a democratização da escola*. São Paulo, 1981. Dissert. (mestr.) FFLCH/USP.
- _____. *O Movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. São Paulo, 1993. Tese (dout.) FFLCH/USP.
- _____. Raça e educação: uma articulação incipiente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Cortez, n. 80, p. 41-50, fev. 1992.
- PIZA, Edith. Analfabetismo, raça e gênero nos censos brasileiros. In: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, FUNDAÇÃO FORD. *Adultos analfabetos: gênero e raça*. projeto de pesquisa. São Paulo, nov.1993. (mimeo).
- PIZA, Edith, ROSEMBERG, Fúlvia. *Cor nos censos brasileiros*, 1994 (mimeo)
- QUEIROZ JR., Teófilo de. *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*. São Paulo : Ática, 1975.
- RABASSA, G. *O Negro na ficção brasileira: meio século de história literária*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1965.

- RAMA, Germán W. Estrutura social e educação: presença de raças e grupos sociais na escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Cortez, n. 69, p. 17-31, maio, 1989.
- RIBEIRO, Rosa. *A PNAD como instrumento para o estudo de situação do menor no Brasil*. s.d. (mimeo).
- ROLNIK, Raquel. *Territórios negros nas cidades brasileiras* (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro). *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 29-41, set. 1989.
- _____. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, L. (org.). *As Lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988a. p.75-94.
- _____. *Territórios negros em São Paulo - uma história*, 1988b. (mimeo).
- ROSEMBERG, Fúlvia. *A Criação de filhos pequenos: tendências e ambigüidades contemporâneas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, PUC-SP, 1993.
- _____. Discriminações étnico-raciais na literatura infanto-juvenil brasileira. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 12, n.3/4, jul./dez. 1979.
- _____. 0 a 6: o desencontro de estatísticas e atendimento. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Cortez, n. 71, p. 36-48, nov. 1989.
- _____. Raça e educação inicial. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Cortez, n. 77, p. 25-34, maio, 1991.
- _____. Universos culturais na América Latina e processos de exclusão: crianças pobres e famílias em risco. In: SIMONETTI, C. et al. (org.) *Do avesso ao direito*. São Paulo : UNICEF, 1994, p. 49-63.
- ROSEMBERG, Fúlvia et al. *Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1986. 2v.

- ROSEMBERG, Fúlvia, PIZA, Edith. Analfabetismo, raça e gênero nos censos brasileiros. In: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, FUNDAÇÃO FORD. *Adultos analfabetos: gênero e raça*. São Paulo, 1994. [Relatório Final].
- SANSONE, Livio. Pai preto, filho negro. Trabalho, cor e diferença de geração. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.25, p.73-98, dez. 1993.
- SANTOS, Joel Rufino dos. O Negro no Rio de Janeiro pós-abolição: marginalização e patrimônio cultural. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 43-7, 1988.
- SARTI, Cynthia. *A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. São Paulo, 1994. Tese (dout.) FFLCH/USP.
- SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Nomeando as diferenças: a construção da idéia de raça no Brasil (1870-1930)*. s.d. (mimeo)
- _____. *Retrato em branco e preto - jornais escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo : Cia. de Letras, 1987.
- SEADE-DIEESE. *Pesquisa de emprego e desemprego da Grande São Paulo*. n. 9 e 10, 1988. (Convênio SEADE/DIEESE).
- SILVA, Ana Célia. Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de comunicação e expressão de 1º grau. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 63, p. 96-8, nov. 1987.
- SILVA, Consuelo Dores. *A construção da identidade no processo educacional: um estudo da auto representação dos alunos negros no universo da escola pública*. Belo Horizonte, 1993. Dissert. (mestr.) FAE/UFMG.
- SILVA, Nelson do Valle. Aspectos demográficos dos grupos raciais. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.23, p. 7-16, dez, 1992a.
- _____. Cor e pobreza no Centenário da Abolição. In: SILVA, Nelson do Valle, HASENBALG, Carlos A. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro : Rio Fundo Ed./IUPERJ, 1992b. cap. 2, p. 119-37.
- _____. Cor e processo de realização sócio-econômica. In: HASENBALG, Carlos, SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura social mobilidade e raça*. São Paulo : Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro : IUPERJ, 1988. cap. 5, p. 144-63.

- _____. Distância social e casamento inter-racial. In: SILVA, Nelson do Valle, HASENBALG, Carlos A. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro : Rio Fundo Ed./IUPERJ, 1992c. cap.2, p. 17-52.
- _____. Uma nota sobre "raça social" no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 67-80, set. 1994.
- TAMBURO, Estela Maria Garcia. Desiguais perante a morte. In: LOVELL, Peggy A. (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte : UFMG/CEDEPLAR, 1991.
- _____. *Mortalidade infantil da população negra brasileira 1960-1980*. Notas preliminares. Campinas : NEPO/UNICAMP, 1987. (Textos NEPO, 11).
- TAVARES, Maria Lúcia de Souza Barros Pupo. *No reino da desigualdade*. São Paulo, 1981. Dissert. (mestr.) ECA/USP.
- TEIXEIRA, Maria Aparecida Silva Bento. *Resgatando minha bisavó: discriminação racial no trabalho e resistência na voz dos trabalhadores negros*. São Paulo, 1992. Dissert. (mestr.) PUC-SP.
- TELLES, Edward E. Contato racial no Brasil urbano: análise da segregação racial nas quarenta maiores áreas urbanas do Brasil em 1980. In: LOVELL, Peggy A. (org.) *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte : UFMG/CEDEPLAR, 1991. p. 341-65.
- TOBIN, Joseph J. et al. *Preschool in three cultures*. New Haven: London, Yale University Press, 1989.
- TRIUMPHO, Vera Regina Santos. O Negro no livro didático e a prática dos agentes de Pastoral Negros. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 63, p.93-5, nov. 1987.
- VETTER, David Michael, MASSENA, Rosa Maria R. Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura urbana? In: SILVA, L. A. Machado (org.). *Solo urbano*. Tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 (Debates urbanos).

VETTER, David Michael, SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. Acesso à infra-estrutura de saneamento básico e mortalidade. *Boletim Demográfico*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 6-29, abr./jun. 1980.

WOOD, Charles. Categorias censitárias e classificações subjetivas de raça no Brasil. In: LOWELL, Peggy (org.) *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte : UFMG/CEDEPLAR, 1991. p. 93-111.